

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA NORMAL SUPERIOR – ENS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**A POLÍTICA EDUCACIONAL, O TRABALHO DOCENTE E OS RECURSOS
TECNOLÓGICOS NAS AULAS NÃO PRESENCIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA
MUNICIPAL DE MANAUS**

MANAUS/AM

2021

FERNANDA SOUZA DA SILVA

**A POLÍTICA EDUCACIONAL, O TRABALHO DOCENTE E OS RECURSOS
TECNOLÓGICOS NAS AULAS NÃO PRESENCIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA
MUNICIPAL DE MANAUS**

Monografia apresentada à Universidade do Estado do Amazonas - UEA como requisito final para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia. Sob a orientação da Professora Dra. Osmarina Guimarães de Lima

MANAUS/AM

2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

S586p Silva, Fernanda Souza da
A política educacional, o trabalho docente e os recursos tecnológicos nas aulas não presenciais em uma escola pública municipal de Manaus / Fernanda Souza da Silva. Manaus : [s.n], 2021.
63 f.: color.; 29 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021.
Inclui bibliografia
Orientador: Lima, Osmarina Guimarães de

1. Política educacional. 2. Desafios docentes. 3. Aulas não presenciais. I. Lima, Osmarina Guimarães de (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. A política educacional, o trabalho docente e os recursos tecnológicos nas aulas não presenciais em uma escola pública municipal de Manaus

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463

FERNANDA SOUZA DA SILVA

**A POLÍTICA EDUCACIONAL, O TRABALHO DOCENTE E OS RECURSOS
TECNOLÓGICOS NAS AULAS NÃO PRESENCIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA
MUNICIPAL DE MANAUS**

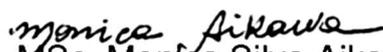
Monografia julgada adequada para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia
pela Universidade do Estado do Amazonas.

DATA DA APROVAÇÃO: 21/07/2021

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Osmarina Guimarães de Lima
Orientadora



Profa. MSc. Monica Silva Aikawa
Membro



Profa. MSc. Cristina Carvalho de Araújo
Membro

DEDICATÓRIA

Dedico a meus pais, amigos e também a todos os meus colegas de turma que participaram junto comigo desta trajetória árdua.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por me proporcionar saúde e resiliência em um período tão difícil de pandemia, não me abandonando e sempre colocando pessoas maravilhosas em minha vida.

Agradeço a minha mãe, Marineida Sales, que mesmo diante de tantas dificuldades, sempre foi minha maior torcedora para que eu obtivesse êxito no curso, sempre me aconselhou da melhor forma e sempre esteve presente em casa passo acadêmico meu. E, agradecer também ao meu pai, Fernando Augusto, que esteve sempre próximo a mim, auxiliando-me em tudo que precisei.

Agradeço a minha orientadora, Prof.^a Dra. Osmarina Guimarães de Lima, por todos os ensinamentos, por acreditar em mim, persistir no meu êxito e por ser esta mulher maravilhosa que sempre será minha fonte de inspiração.

Agradeço a todos os professores que passaram por minha trajetória acadêmica, em especial o Prof.^o Dr. Augusto Fachin Terán, que no ano de 2021 teve sua vida ceivada pela Covid-19, mas que deixou um marco muito grande na minha vida em relação aos seus ensinamentos de Educação Ambiental.

Agradeço a minha turma, que juntos puderam estar participando de tantos momentos ao longo desses anos e que estarão sempre em minha memória em momentos maravilhosos que passei nesses anos de UEA.

Agradeço a Escola Municipal Firme na Fé, através do seu corpo docente e administrativo por me proporcionar uma grande oportunidade de conhecimento na área da educação, foi lá que aprendi o verdadeiro sentido de lecionar.

E por fim, agradeço pela vida, pois nos dias atuais no qual perdemos tantos familiares, amigos e conhecidos para a Covid-19, só devemos agradecer por até o momento estarmos saudáveis e com vida.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1: Print do canal no YouTube do Projeto Aula em Casa Amazonas | 39 |
| Figura 2: Print da tela inicial da conta no Instagram do Projeto Aula em Casa Amazonas | 39 |
| Figura 3: Reunião pedagógica pelo Google Meet | 41 |
| Figura 4: Modelo de planejamento - 1º ao 3º ano | 42 |
| Figura 5: Modelo de planejamento - 4º e 5º ano | 42 |
| Figura 6: Print formulário de frequência já respondido..... | 49 |
| Figura 7: Print de registro de frequência dos alunos no grupo de WhatsApp da turma | 50 |
| Figura 8: Print grupo do Whatsapp | 51 |
| Figura 9: Print de envio de atividade ao grupo de Whatsapp | 52 |
| Figura 10: Atividade de Matemática enviada para o grupo de Whatsapp | 53 |
| Figura 11: Aluno copiando sua atividade no caderno | 54 |
| Figura 12: Atividade Dia do Tiradentes | 54 |
| Figura 13: Atividade Dia do Índio..... | 55 |
| Figura 14: Atividade Dia das Mães | 55 |
| Figura 15: Atividade PROERD..... | 56 |
| Figura 16: Aluno assistindo ao Aula em Casa pela TV | 56 |
| Figura 17: Alunas assistindo ao Aula em Casa pela TV | 57 |

GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Desafios e Limitações das Famílias..... | 44 |
| Gráfico 2 - Desafios e Limitações dos Alunos..... | 45 |
| Gráfico 3 - Desafios e Limitações do Professor..... | 46 |
| Gráfico 4 - Desafios e Limitações de Pedagogos..... | 47 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----------|
| Tabela 1: Programação Aula em Casa por ano/série | 24 |
| Tabela 2: Endereços eletrônicos para acesso a Aula em Casa | 24 |

RESUMO

Esta monografia é resultado de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, realizada em uma escola da rede municipal de ensino de Manaus sobre o tema A Política Educacional, o Trabalho Docente e os Recursos Tecnológicos nas Aulas Não Presenciais. O objetivo geral foi analisar a relação entre a política educacional no contexto da Pandemia e os desafios do trabalho docente com uso de recursos tecnológicos nas aulas não presenciais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. E como objetivos específicos: compreender os pressupostos teóricos e legais sobre a utilização de recursos tecnológicos em aulas não presenciais; identificar as orientações didático-metodológicas dada aos professores da rede municipal de ensino em relação ao Projeto Aula em Casa como regime de aulas não presenciais; conhecer a aplicação do Projeto Aula em Casa como recurso tecnológico no contexto da Pandemia, observando a interação professor-aluno. A fundamentação teórica pautou-se em autores de renome nacional, dentre os quais estão Boaventura de Sousa Santos (2020); Lucélia Bedra (2014); Érika Dias e Fátima Cunha Ferreira Pinto (2020); Arilda Schmidt Godoy (1996) e Menga Ludke (2014). Os procedimentos metodológicos se apoiaram no método fenomenológico, com abordagem qualitativa que nos orientou para o uso de observação participante durante as aulas remotas. A pesquisa documental concentrou-se, principalmente, em: Constituição Federal (1988); Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96; Portaria nº 188/2020; Parecer nº 5/ 2020 – CEB/CNE; Medida Provisória nº 934/2020; Portaria GS Nº 311/2020; Diretrizes Pedagógicas para o Regime Especial de Aulas Não Presenciais e Diretrizes técnico-pedagógicas/2021. Nos resultados podemos observar que teremos mais perguntas do que respostas, nos sentidos que remetem para uma reflexão de tudo que ocorre na escola com as teorias estudadas. Conclui-se que a pesquisa é um exercício contínuo que nos direciona para uma avaliação e questionamento das políticas educacionais e práticas docentes, buscando-se o aperfeiçoamento entre o que se diz e o que se realiza na sala de aula.

Palavras-chave: política educacional. desafios docentes. aulas não presenciais.

ABSTRACT

This monograph is the result of a bibliographic, documental and field research, carried out in a school of the municipal education system of Manaus on the theme The Educational Policy, the Teaching Work and the Technological Resources in Non-Presential Classes. The general objective was to analyze the relationship between the educational policy in the context of the Pandemic and the challenges of the teaching work with the use of technological resources in the non-presence classes of the Elementary School. And as specific objectives: to understand the theoretical and legal assumptions about the use of technological resources in non-presential classes; to identify the didactic-methodological orientations given to the teachers of the municipal education system in relation to the Home Classroom Project as a non-presential class system; to know the application of the Home Classroom Project as a technological resource in the context of the Pandemic, observing the teacher-student interaction. The theoretical basis was based on nationally renowned authors, including Boaventura de Sousa Santos (2020); Lucélia Bedra (2014); Érika Dias and Fátima Cunha Ferreira Pinto (2020); Arilda Schmidt Godoy (1996), and Menga Ludke (2014). The methodological procedures relied on the phenomenological method, with a qualitative approach that guided us to the use of participant observation during the remote classes. Documentary research focused mainly on: Federal Constitution (1988); Law of directives and Bases of National Education - LDB nº 9.394/96; Ordinance nº 188/2020; Opinion nº 5/ 2020 - CEB/CNE; Provisional Measure nº 934/2020; Ordinance GS Nº 311/2020; Pedagogical Guidelines for the Special System of Non-Presential Classes and Technical-pedagogical Guidelines/2021. In the results we can see that there will be more questions than answers, in the sense that they refer to a reflection of everything that happens at school with the theories studied. We conclude that research is a continuous exercise that leads us to an evaluation and questioning of educational policies and teaching practices, seeking improvement between what is said and what is done in the classroom.

Keywords: educational policy. teaching challenges. non-face-to-face classes.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 13 |
| 1.1 UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS EM AULAS NÃO PRESENCIAIS: ASPECTOS TEÓRICOS E LEGAIS | 13 |
| 1.2 ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS-METODOLÓGICAS: INTRODUÇÃO DO PROJETO AULA EM CASA COMO REGIME DE AULAS NÃO PRESENCIAIS | 20 |
| 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA | 26 |
| 2.1 PARADIGMA E NATUREZA DA PESQUISA | 26 |
| 2.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS | 27 |
| 2.3 PROCEDIMENTOS | 27 |
| 2.4 ANÁLISE DE DADOS | 27 |
| 3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA | 30 |
| 3.1 IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO NO CONTEXTO GERAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO DA PANDEMIA | 30 |
| 3.2 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA | 35 |
| 3.2.1 A Escola | 35 |
| 3.2.2 Os profissionais da educação | 36 |
| 3.2.3 Os alunos | 38 |
| 3.3 O PROJETO AULA EM CASA | 38 |
| 3.3.1 Planejamento pedagógico e o trabalho docente | 38 |
| 3.3.2 Desenvolvimento das atividades de interação professor-aluno | 43 |
| 3.3.3 Atividades desenvolvidas pelo aluno | 48 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 59 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 61 |

INTRODUÇÃO

A política educacional, tecnologia e prática docente em tempos de Pandemia no qual trata dos desafios docentes frente ao uso de recursos tecnológicos nas aulas não presenciais em uma escola pública municipal de Manaus, a fim de compreender com a utilização de recursos tecnológicos em aulas não presenciais, assim como as orientações didático-metodológicas e a aplicação do projeto Aula em Casa com interação professor-aluno.

Com a chegada do coronavírus (Covid-19) no Brasil, fez surgir muitos desafios para toda a sociedade. Assim, um dos setores bastante afetados foi a educação. Escolas se sentiram na obrigação de correr contra o tempo para se readaptarem à nova realidade onde se fazia necessário a utilização de tecnologia enquanto os alunos permaneciam em casa.

Nesse universo de pesquisa elencamos diversas problemáticas, porém, selecionamos apenas uma para realizar este estudo que foi: Como tem se caracterizada a política educacional no atual contexto da Pandemia diante do desafio de utilização de recursos tecnológicos em aulas não presenciais?

As questões norteadoras da pesquisa foram: Como tem se estruturado o Projeto “Aula em Casa” no âmbito da rede municipal de Manaus? Quais os limites e possibilidades do trabalho docente com uso de recursos tecnológicos nas aulas não presenciais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental?

Nesse sentido, como objetivo geral, nos propusemos a analisar a relação entre a política educacional no contexto da Pandemia e os desafios do trabalho docente com uso de recursos tecnológicos nas aulas não presenciais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para contemplar esta proposta, sistematizamos os seguintes objetivos específicos, que consistiam em: Compreender os pressupostos teóricos e legais sobre a utilização de recursos tecnológicos em aula não presenciais; Identificar as orientações didático-metodológicas dada aos professores da rede municipal de ensino em relação ao Projeto Aula em Casa como regime de aulas não presenciais; Conhecer a aplicação do Projeto Aula em Casa como recurso tecnológico no contexto da Pandemia, observando a interação professor-aluno.

O interesse pelo tema surgiu diante de minha vivência com os professores da Escola Municipal Firme na Fé enquanto eu atuava como estagiária do Programa Gestão da Alfabetização – PGA na Secretaria Municipal de Educação de Manaus. A

escola e os professores precisaram se adaptar a uma nova rotina, onde todos permaneciam em casa, porém a educação deveria chegar a todos os alunos.

Os autores citados para embasamento teórico são: estão Boaventura de Sousa Santos (2020), Lucélia Bedra (2014), Érika Dias e Fátima Cunha Ferreira Pinto (2020), Arilda Schmidt Godoy (1996) e Menga Ludke (2014). Já os documentos utilizados são: Constituição (1988), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, Parecer nº 5, de 28 de abril de 2020, Medida Provisória nº 934, de 1 de abril de 2020, Portaria GS Nº 311, de 20 de março de 2020, Diretrizes Pedagógicas para o Regime Especial de Aulas Não Presenciais e Diretrizes técnico-pedagógicas 2021

A relevância desta pesquisa se dá a partir do momento que servirá como base para auxiliar pedagogos a desempenhar suas funções mediante situações em que precisam ser tomadas medidas emergenciais, como uma pandemia.

Os procedimentos metodológicos se apoiaram no método fenomenológico, com abordagem qualitativa que nos orientou para o uso de observação participante durante as aulas remotas.

Para melhor compreensão, a monografia foi dividida em três capítulos, sendo o primeiro se tratando da utilização de recursos tecnológicos em aulas não presenciais, destacando seus aspectos legais e teóricos e também a menções das orientações didáticas-metodológicas dando introdução ao Projeto Aula em Casa como regime de aulas não presenciais.

Já o segundo capítulo se trata dos procedimentos metodológicos da pesquisa, referindo-se ao paradigma e natureza da pesquisa, assim como técnicas e instrumentos de coleta de dados, procedimentos e análise de dados.

Concluindo no terceiro capítulo, trazendo os resultados alcançados mediante uma análise mais completa do que havia sido introduzido nos capítulos anteriores, ressaltando o impacto da globalização no contexto geral da educação brasileira, com breves considerações do período da pandemia, assim como a caracterização do lócus da pesquisa e trazendo especificações sobre o Projeto Aula em Casa no contexto de planejamento pedagógico e trabalho docente, desenvolvimento das atividades de interação professor-aluno e amostras das atividades desenvolvidas pelos alunos.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo se trata da utilização de recursos tecnológicos em aulas não presenciais, destacando seus aspectos legais e teóricos e também a menções das orientações didáticas-metodológicas dando introdução ao Projeto Aula em Casa como regime de aulas não presenciais.

1.1. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS EM AULAS NÃO PRESENCIAIS: ASPECTOS TEÓRICOS E LEGAIS

Ao contextualizar esse capítulo, devemos partir do princípio no qual tange o o campo educacional diante da pandemia que nos foi apresentada no ano de 2020. Assim, diante da presente situação de pandemia, faz-se necessário medidas emergenciais, conforme o destaca Boaventura de Sousa Santos (2020), ao dizer que:

A irrupção de uma pandemia não se compagina com esta morosidade. Exige mudanças drásticas. E, de repente, elas tornam-se possíveis como se sempre tivessem sido. Torna-se possível ficar em casa e voltar a ter tempo para ler um livro e passar mais tempo com os filhos, consumir menos, dispensar o vício de passar o tempo nos centros comerciais, olhando para o que está à venda e esquecendo tudo o que se quer, mas que só se pode obter por outros meios que não a compra. (SANTOS, 2020)

Dessa forma, nosso ponto de partida surge através Portaria N° 188, de 3 de fevereiro de 2020 no qual o Ministério da Saúde declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) por decorrência de Infecções Humanas através do novo Coronavírus (2019-nCoV). Consideram então nesse documento que tal evento tem grande complexidade e requer apoio conjunto de todo o Sistema Único de Saúde para adotar medidas de prevenção e identificar os riscos da doença. Destacam ainda que:

Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, resolve: Art. 1º Declarar Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional conforme Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2020)

A partir desse documento, pudemos observar mudanças relativas em vários setores, dentre eles o setor educacional no qual passou a ter medidas específicas

onde o Ministério da Educação lançou a Medida Provisória Nº 934, de 1º de Abril de 2020, estabelecendo normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior diante das medidas de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública. Logo no Art. 1º podemos observar a medida voltada especificamente para a Educação Básica no qual basearam-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, onde diz:

Art. 1º O estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do disposto no inciso I do **caput** e no § 1º do art. 24 e no inciso II do **caput** do art. 31 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino. (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020)

Nesse Art. 1º está claro que para que as medidas de emergência de saúde pública não acarretam no prejuízo aos educandos, as instituições de ensino não terão a obrigatoriedade de cumprir toda a carga horária estabelecida para um ano letivo normal, que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996) no inciso I do caput no Art. 24º, dispõe:

I – A carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver (BRASIL, 1996)

Alguns dias depois, surgiu o Parecer nº 5, de 28 de abril de 2020 do Conselho Nacional de Educação – CNE que analisa e crítica a Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, apresentando algumas recomendações aos Estados e Municípios sobre a questão da Reorganização do Calendário Escolar e a realização de atividades pedagógicas não presenciais durante a pandemia. O CNE também publicou um Edital de Consulta Pública para que as entidades nacionais (associações, sindicatos, etc), instituições públicas e privadas enviassem contribuições à redação final do Parecer nº 5/2020, no qual obtiveram cerca de 400 contribuições.

Com Parecer nº 5/2020 do CNE, vieram discussões a respeito da reorganização do calendário escolar, de forma a avaliar propostas que não aumentem a desigualdade ao mesmo momento que utilizem desse momento para trazer as novas

tecnologias digitais de informação e comunicação, criando formas de diminuir as desigualdades no aprendizado.

A reorganização do calendário escolar visa a garantia da realização de atividades escolares para fins de atendimento dos objetivos de aprendizagem previstos nos currículos da educação básica e do ensino superior, atendendo o disposto na legislação e normas correlatas sobre o cumprimento da carga horária. (BRASIL, MEC/CNE, 2020)

Para que aconteça essa reorganização do calendário escolar cumprindo a carga horária mínima estabelecida pela LDB, seria necessário que houvesse ao fim do período de emergência a reposição da carga horária de forma presencial, assim como a realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologia digitais) e a ampliação da carga horária diária para a realização de atividades pedagógicas não presenciais.

Por atividades não presenciais entende-se, neste parecer, aquelas a serem realizadas pela instituição de ensino com os estudantes quando não for possível a presença física destes no ambiente escolar. A realização de atividades pedagógicas não presenciais visa, em primeiro lugar, que se evite retrocesso de aprendizagem por parte dos estudantes e a perda do vínculo com a escola, o que pode levar à evasão e abandono. (BRASIL, MEC/CNE, 2020)

As atividades pedagógicas não presenciais são de grande ajuda em um período de emergência, porém não pode ser considerada substituição das aulas presenciais, mas sim caracterizada pelo uso de práticas pedagógicas mediadas ou não por tecnologias digitais, possibilitando “o desenvolvimento de objetivos de aprendizagem e habilidades previstas na BNCC, currículos e propostas pedagógicas passíveis de serem alcançados através destas práticas” (BRASIL, MEC/CNE, 2020).

Sendo assim, as atividades pedagógicas não presenciais devem acontecer:

[...] por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, *blogs*, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos. [...] (BRASIL, MEC/CNE, 2020)

Com o objetivo de ter mais sugestões didáticas para todos os níveis de ensino, o Parecer nº 5, de 28 de abril de 2020 cita possibilidades ao Ensino Fundamental – Anos Iniciais para que as atividades sejam realizadas:

Aulas gravadas para televisão organizadas pela escola ou rede de ensino; Sistema de avaliação realizado a distância sob a orientação das redes, escolas e dos professores; Lista de atividades e exercícios, sequências didáticas; Orientações aos pais para realização de atividades; Guias de orientação aos pais e estudantes sobre a organização das rotinas diárias; Sugestões para que os pais realizem leituras para os seus filhos; Utilização de horários de TV aberta com programas educativos; Elaboração de materiais impressos (leitura, desenhos, pintura, recorte, dobradura, colagem, entre outros); [...]. (BRASIL, MEC/CNE, 2020, pág. 11)

Muito dessas novas orientações dadas pelo parecer trouxe para os professores atividades totalmente fora da zona de conforto, tendo os mesmos que se adaptar às novas metodologias.

[...] Distribuição de vídeos educativos por meio de plataformas *on-line*; Realização de atividades *on-line* síncronas; Oferta de atividades *on-line* assíncronas regulares em relação aos conteúdos, de acordo com a disponibilidade tecnológica e familiaridade do usuário; Estudos dirigidos com supervisão dos pais; Exercícios e dever de casa de acordo com os materiais didáticos utilizados pela escola; Organização de grupos de pais, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando professores e famílias; Guias de orientação às famílias e acompanhamento dos estudantes. (BRASIL, MEC/CNE, 2020, pág. 11-12)

A partir dessas orientações é sugerido que as escolas elaborem roteiros práticos e estruturados para que as famílias possam acompanhar a resolução das atividades das crianças. Porém, os denominados “mediadores familiares” não poderão substituir as atividades de professor.

Se tratando de reorganização, é importante destacarmos o conceito de Calendário Escolar que também é possível visualizar dentro do Parecer do Conselho Nacional de Educação, no qual cita que “é um meio de organizar a distribuição da carga horária prevista na legislação para cada nível, etapa e modalidade da educação nacional ao longo do ano escolar.” (BRASIL, MEC/CNE, 2020, pág.4).

Porém, para que essa reorganização aconteça, o documento cita 8 (oito) considerações que devem ser levadas em conta sobre o calendário escolar:

1. O período de suspensão das aulas é definido por cada ente federado por meio de decretos de cada Estado ou Município. Portanto, pode-se ter situações muito diferentes de reposição em cada parte do Brasil; 2. Qualquer

limitação que se fizer no formato da reposição/ajuste dos calendários deve considerar que será aplicada não apenas para as escolas públicas, mas também para as escolas particulares que possuem uma dinâmica completamente diferente; 3. Muitas redes públicas têm encontrado soluções para a situação, ainda que reconhecendo que não são perfeitas. Cabe respeitar o que está acontecendo; [...] (BRASIL, MEC/CNE, 2020, pág. 20)

As primeiras considerações citam que os decretos a serem seguidos são aqueles de cunho Estadual ou Municipal, ou seja, muitas decisões podem divergir de estado para estado. Também destacando que esses decretos não deverão ser seguidos apenas pelas escolas públicas, devem ser para todas.

[...] 4. Existe um esforço nacional de várias entidades para criar condições de estudo e desenvolvimento de atividades pedagógicas para as crianças ao longo deste período de forma não presencial; 5. A nota de esclarecimento do CNE procura, no limite do possível, indicar que cada sistema deve encontrar a melhor solução para seu caso em particular ao mesmo tempo em que reforça o disposto na lei, decretos e normas existentes e realça que padrões de qualidade devem ser mantidos; 6. Existe, no âmbito de cada Estado, o acompanhamento do Ministério Público para evitar abusos; [...] (BRASIL, MEC/CNE, 2020, pág. 21)

Porém, mesmo que os decretos venham a partir de cada Estado ou Município, faz-se necessário ter um acompanhamento no Ministério Público, para que esteja de acordo com as necessidades e prioridades da sociedade.

[...] 7. É importante que as escolas e sistemas de ensino planejem cuidadosamente o retorno às aulas considerando o contexto bastante adverso no período de isolamento social e mantenham um sistema de comunicação permanente com as famílias; 8. Considerando a probabilidade de que ocorra evasão escolar, que seja realizado um esforço de busca ativa dos estudantes ao fim do período de suspensão das aulas. (BRASIL, MEC/CNE, 2020, pág. 21)

Quanto a normatização da reorganização do calendário escolar, as instituições de ensino devem atender para situações no qual assegure formas de alcance das competências e objetivos da BNCC, levar em consideração a possibilidade de um retorno gradual das aulas presenciais e elaboração de um calendário específico para professores, estudantes e suas famílias quanto ao preparo para volta às aulas.

Mesmo com todo o cuidado do Conselho Nacional de Educação ao formular um parecer com todas as orientações necessárias para o período de emergência e que atendesse as diversidades de cada Estado e Município, as entidades nacionais

que defendem a escola pública elaboraram um documento registrando suas críticas/contribuições ao Parecer nº 5/2020 do CNE.

Destacam que diante do cenário da COVID-19 no País é necessário que tenha um desenvolvimento de ações coordenadas garantindo o cumprimento da Constituição Federal, pois segundo o posicionamento das entidades nacionais, somente assim será possível concretizar os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que de acordo com o Art. 3º da CF cita:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988)

Assim como também o Art. 205 da Constituição Federal trata que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

Com todas essas defesas para que tudo seja cumprido conforme a Constituição Federal, ainda temos outras observações feitas no Documento elaborado pelas entidades nacionais que defendem a escola pública, onde diz que a EAD não poderá substituir a educação escolar mesmo que aparente ser a única solução, pois a maioria das instituições de ensino não tem condições para materializar a EAD, conforme o termo da ANPED et al (2020, p. 2) a seguir afirma: “[...]. Os sistemas e instituições de ensino não dispõem das condições necessárias para a materialização da EAD, tampouco os docentes podem ser responsabilizados ou submetidos a formas improvisadas de mediação tecnológica. “

Ressaltam ainda a carência de infraestrutura tecnológica pelos estudantes brasileiros que precisariam disso para as aulas ou atividades *on-line*. O Documento elaborado pelas entidades nacionais que defendem a escola pública faz uma crítica ainda quanto ao envio de atividades às famílias no qual é citado no Parecer nº 5/2020 do CNE “[...], desconsiderando que a realização de atividades não presenciais trará enormes prejuízos a uma parcela significativa de estudantes, cujos familiares não terão condições, por diversos fatores, de garantir acessibilidade e ofertar o apoio necessário para realização das atividades” (ANPED et al, 2020, p. 3).

Diante de todas as críticas feitas no Documento, as entidades nacionais fazem questão de elucidar que a garantia de padrão de qualidade de ensino vem através de construção de novas propostas pedagógicas no qual se adequa a toda a educação nacional, levando em conta não somente as dificuldades da pandemia, mas de todos que estão inseridos nesse contexto.

Por fim, o seguinte Documento elaborado pelas entidades nacionais cita 6 (seis) pontos que defendem no que se refere à reorganização do calendário escolar:

1. O efetivo cumprimento do direito à educação e à qualidade do ensino, em consonância com a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; 2. A autonomia dos sistemas municipais, estaduais e distrital para definir suas formas de recuperação, assegurada a participação das comunidades nas proposições e deliberações, [...], fortalecendo o pacto federativo cooperativo e garantindo condições adequadas para que as especificidades de cada nível, [...] sejam observadas; 3. A implementação de políticas públicas articuladas, [...]; (ANPED et al, 2020, p. 4)

Faz-se necessário o cumprimento do direito à educação, juntamente com a qualidade de ensino, entrando de acordo com a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

4. O estabelecimento de políticas de formação e de acessibilidade para os profissionais da educação, [...]; 5. A reorganização dos calendários escolares assegurando-se a reposição das aulas e atividades de modo presencial, [...] , como o melhor modo de garantir o acesso à educação, [...] , ainda que para tal seja necessário que as atividades do ano letivo de 2020 sejam estendidas até 2021; 6. O reconhecimento de um ciclo letivo 2020-2021 sem a realização de quaisquer avaliações censitárias em 2020 ou no primeiro semestre de 2021. (ANPED et al, 2020, p. 4)

Iniciando uma análise os marcos legais nacionais, pudemos observar o quanto foi discutido o campo educacional a partir do momento em que o Ministério da Saúde decretou Emergência em Saúde Pública em 3 de fevereiro de 2020. Assim, no Estado do Amazonas o Conselho Estadual de Educação publicou a Resolução nº 30, de 18 de março de 2020, dispondo do regime especial de aulas não presenciais no Sistema de Ensino do Estado do Amazonas, como medida preventiva à disseminação do COVID-19.

Art. 2º - Estabelecer o regime especial de aulas não presenciais no âmbito de todo o Sistema de Ensino do Estado do Amazonas, definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de alunos e professores nas dependências escolares, devendo se efetivar por meio de regime de colaboração entre os entes federados e autoridades do Sistema

de Ensino do Estado do Amazonas; Art. 3º O regime especial de aulas não presenciais será estabelecido a contar do dia 17 de março de 2020, podendo ser prorrogado de acordo com as orientações das autoridades sanitárias.

Assim, estabelecido este regime, as escolas juntamente com seu corpo docente e administrativo passaram a ter que de forma emergencial, se adaptar a um novo estilo de ensino no qual não fazia parte do cotidiano escolar anterior a pandemia.

1.2. ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS-METODOLÓGICAS: INTRODUÇÃO DO PROJETO AULA EM CASA COMO REGIME DE AULAS NÃO PRESENCIAIS

Mesmo que existam evidências empíricas a respeito do impacto de fechamento das escolas (planejados ou não) sobre a aprendizagem, tornam-se ainda incertos a ocorrência de perdas e os efeitos diante dos diferentes grupos de alunos.

Em face às incertezas, o mais intuitivo no retorno às aulas seria ampliar a jornada diária, de modo que a carga horária incorrida nos 200 dias letivos se encaixe nos dias letivos restantes pós-pandemia. Dessa forma, o currículo seria cumprido e não afetaria o ano letivo de 2021. Dependendo da duração da quarentena, isso poderia requerer um esforço equivalente a implementar o tempo integral em todas as escolas do país. Cabe examinar, portanto, a literatura que trata da duração do ano escolar e seu impacto no desempenho dos alunos. (OLIVEIRA; GOMES; BARCELLOS, 2020, v. 28, p. 558)

Levando-se em conta estratégias potencialmente eficazes frente às limitações estruturais, os referidos autores focam basicamente na qualidade do professor, ou seja, na capacidade do professor conseguir se comunicar e administrar bem os conteúdos ao repassá-los para os alunos de forma estruturada e organizada.

Os fatores e as estratégias de Ensino que possuem efeitos robustos e bem documentados na literatura dependem basicamente da qualidade do professor. Um dos indicadores é a clareza, isto é, a capacidade do professor de comunicar-se bem e passar o conteúdo de forma organizada. (OLIVEIRA; GOMES; BARCELLOS, 2020, v. 28, p. 561)

Mas, para isso, seria fundamental que o professor possuísse familiaridade com as tecnologias juntamente com técnicas eficazes no Ensino à distância. Isso acarretaria em um aumento das desigualdades, pois a curto prazo seria bastante difícil suprir essa carência dentro do setor público.

Se no Ensino presencial o papel do professor é fundamental, no Ensino remoto isso, provavelmente, também seria o caso, desde que este tivesse familiaridade com tecnologias e técnicas eficazes de Ensino a distância. No caso concreto, isso resultará na manutenção ou ampliação das desigualdades, dada a impossibilidade de desenvolver estratégias mais genéricas e robustas, no curto prazo, para suprir as carências no setor público. (OLIVEIRA; GOMES; BARCELLOS, 2020, v. 28, p. 562).

Diante dessa concentração de responsabilidade sobre o professor, Souza et al (2021, p. 18) destaca que não se trata somente do trabalho docente, mas, sobretudo, do trabalho pedagógico como um todo:

[...] a ausência de um planejamento sério e comprometido com uma inclusão que pense em estratégias para preparar o educador para atuar nesse tempo, contribui para a precarização do trabalho docente. As novas demandas e diferentes metodologias de ensino acabaram sobrecarregando o professor, exposto a maiores exigências e desafios que requerem abertura às descobertas e às novas formas de aprendizagem sem um mínimo de capacitação.

Mesmo levando em conta diversos obstáculos sociais e econômicos quando ao acesso de professores e alunos em meios tecnológicos, os estados precisaram todas medidas que atendessem ao atual cenário de pandemia e também ao cenário socioeconômico.

Há ainda outros obstáculos graves, especialmente para alunos e professores mais empobrecidos, muitos deles localizados na periferia das grandes cidades ou na zona rural. Faltam computadores, aparelhos de telefonia móvel, software e Internet de boa qualidade, recursos imprescindíveis para um EaD que resulte em aprendizagem. (DIAS; PINTO, 2020, v. 28, p. 545)

Assim, a Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Estado do Amazonas atribuiu de forma legal a Portaria GS Nº 311, de 20 de março de 2020 no qual “institui, no âmbito da rede pública estadual de ensino do Amazonas, o regime especial de aulas não presenciais para a Educação Básica, como medida preventiva à disseminação do COVID-19”.

E a partir desta Portaria, surgiria a reorganização dos conteúdos para o ano letivo de 2020, sendo inicialmente apenas para a rede estadual de ensino (SEDUC) por intermédio do Centro de Mídias de Educação do Amazonas, em parceria com a TV Encontro das Águas – uma nova emissora criada exclusivamente para a transmissão das aulas – mantendo inicialmente 3 (três) canais na TV aberta com conteúdo do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e da 1ª a 3ª série do Ensino Médio.

Art. 2º A reorganização dos conteúdos programados para o ano letivo de 2020, durante a suspensão das aulas, considerará os objetos de conhecimento dispostos nas Propostas Curriculares vigentes, [...]; Art. 3º Durante o regime especial de aulas não presenciais, a SEDUC, por intermédio do Centro de Mídias de Educação do Amazonas, em parceria com a TV Encontro das Águas, manterá três canais da TV aberta para transmissão de conteúdos educacionais voltados aos estudantes do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental, e da 1ª a 3ª séries do Ensino Médio, em suas modalidades, [...]. (SEDUC/Amazonas, 2020)

Dessa forma, o agente principal dentro da escola seria o gestor, no qual ficaria totalmente como responsável por administrar e orientar sua equipe enquanto durar o regime especial de aulas não presenciais. Já o corpo docente, ficaria responsável por manter um contato com as turmas, pais e responsáveis, utilizando aplicativos como *Whatsapp*, *Telegram* e outros que sejam de mensagens instantâneas ou outros meios de comunicação à distância.

Art. 4º O gestor escolar da unidade de ensino será o responsável por administrar e orientar sua equipe enquanto durar o regime especial de aulas não presenciais nos níveis, etapas e modalidades da Educação Básica, [...]; Art. 5º O corpo docente das unidades de ensino com aulas suspensas manterá rotina de contato com turmas, pais e responsáveis, via aplicativos de mensagens instantâneas ou outros dispositivos de comunicação à distância, para orientá-los acerca das estratégias de continuidade do currículo escolar, [...], para o período de regime especial de aulas não presenciais nos níveis, etapas e modalidades na Educação Básica. (SEDUC/Amazonas, 2020)

As metodologias de implementação e operacionalização do regime espacial de aulas não presenciais, competirá a cada departamento responsável devolver suas atividades estabelecidas pela Portaria GS Nº 311, de 20 de março de 2020. Iniciando-se com o Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM) no qual consta no inciso I, a seguir:

I – [...] (CEMEAM): i. Realizar curadoria/produção/adequação de conteúdos digitais para a execução das aulas televisivas e dos ambientes virtuais de aprendizagem (Plataforma Saber Mais, Portal do Centro de Mídias, AVA-SEDUC, Canais oficiais da SEDUC no *YouTube*), facilitando o acesso dos docentes e discentes às ferramentas digitais (games, vídeos, apresentações multimídias, aplicativos, entre outras) para complementar o processo de ensino e aprendizagem; ii. Elaborar cronograma de exibição das aulas para transmissão televisiva e em AVA; [...] iv. Criar canal de comunicação com o público em geral para resolver dúvidas e orientações a respeito da programação. (SEDUC/Amazonas, 2020)

À Assessoria de Comunicação constando no inciso II:

II – [...] (ASSCOM): i. Divulgar amplamente as ações do regime especial de aulas não presenciais em diversas mídias, tais como: horário de exibição e reprise das transmissões das aulas no canal de TVV aberta; canais de acesso aos conteúdos digitais disponíveis em ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros informes pedagógicos; ii. Produzir peças de comunicação digital e física para divulgação das ações durante o regime de suspensão, conforme necessidades apontadas pelos demais departamentos envolvidos na proposta. (SEDUC/Amazonas, 2020)

Ao Departamento de Gestão Escolar consta no inciso IV:

IV – [...] (DEGESC): i. Elaborar normas complementares de apoio às equipes gestoras das escolas com aulas suspensas, contendo orientações e procedimentos a serem adotados pela gestão escolar durante o regime especial de aulas não presenciais; ii. Definir critérios e formas de operacionalização das atividades previstas nesta Portaria, tanto no Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas (SIGEAM), quanto no Diário Digital por meio de Instrução Normativa. (SEDUC/Amazonas, 2020)

Às unidades escolares consta no inciso VIII:

VIII – [...]: i. Planejar e elaborar, com a colaboração do corpo docente, as ações pedagógicas e administrativas a serem adotadas [...]; ii. Divulgar o planejamento e o conjunto de ações do regime especial de aulas não presenciais junto à comunidade escolar; iii. Preparar material específico para cada nível, etapa e modalidade, com facilidade de execução e compartilhamento, [...]; iv. Acompanhar as transmissões das aulas televisivas e se colocar, por meio de seu corpo docente, à disposição das turmas [...]; v. Organizar avaliações dos conteúdos ministrados durante o regime de aulas não presenciais, [...]. (SEDUC/Amazonas, 2020)

Com isso foram aprovadas as Diretrizes Pedagógicas para o Regime Especial de Aulas Não Presenciais elaborado pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto, objetivando atender às recomendações de providências quanto a operacionalização do ano letivo de 2020, levando em conta a Resolução nº 30/2020 – CEE/AM e a Portaria nº 311/2020 – GS/SEDUC.

A partir dessas Diretrizes foi que surgiu o Projeto Aula em Casa através de uma Nota de Esclarecimento à Comunidade Escolar acerca do Regime Especial de Aulas Não Presenciais.

[...] fica claro que o acompanhamento das aulas televisivas (Aula em Casa), transmitidas pela TV Encontro das Águas é uma das alternativas recomendadas para continuidade do processo ensino e aprendizagem, pois até o presente momento, somente os municípios de Manaus, Iranduba, Manaquiri, Careiro da Várzea e Rio Preto da Eva possuem acesso aos canais de transmissão. (SEDUC/SEAP/AM, 2020)

Para isso, foi organizado uma programação inicial por ano/série das transmissões televisivas para que as turmas pudessem acompanhar com o auxílio do corpo docente da escola, conforme mostra a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Programação Aula em Casa por ano/série

| Canais de TV | Matutino 8h às 11h | Vespertino 13h às 16h20 | Noturno 18h às 21h20 |
|---------------------|---|---|------------------------------------|
| Canal 2.2 | 6º ano Avançar Fase 3 EJA 2º Seg. (1ª Fase) | 8º ano Avançar Fase 4 EJA 2º Seg. (2ª Fase) | 1ª série EM EJA Médio (1ª Fase) |
| Canal 2.3 | 7º ano EJA 2º Seg. (1ª Fase) | 9º ano EJA 2º Seg. (2ª Fase) | 2ª série EM EJA Médio (1ª Fase) |
| Canal 2.4 | 1ª série EM EJA Médio (1ª Fase) | 2ª série EM EJA Médio (1ª Fase) | 3ª série EM EJA Médio (2ª Fase) |

(Fonte: SEDUC/SEAP/DEPPE/AM, 2020)

Além das transmissões pela TV aberta, as aulas também ficariam disponíveis em outros endereços eletrônicos, como a Plataforma Saber Mais e o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), conforme a Tabela 2 a seguir:

Tabela 2: Endereços eletrônicos para acesso a Aula em Casa

| | |
|---|---|
| Site SEDUC/AM | Disponível em: < http://www.educacao.am.gov.br/ > |
| Plataforma Saber Mais | Disponível em: < https://sabermais.seduc.am.gov.br/ > |
| Ambiente Virtual de Aprendizagem | Disponível em: < https://avaseduc.am.gov.br/app/login > |

(Fonte: SEDUC/SEAP/DEPPE/AM, 2020)

As Diretrizes também trouxeram várias orientações aos atores responsáveis pela ação do regime de aulas não presenciais, tais como à coordenadoria distrital/regional de educação, aos gestores escolas, aos docentes, aos pais e responsáveis e aos próprios estudantes. Pois, consideram que para o sucesso das ações, se faz necessário o engajamento e compreensão de todos os envolvidos.

Desse modo, para o sucesso dessa ação, ratificamos a necessidade do engajamento de todos, além do conhecimento e da compreensão das normas e diretrizes mencionadas nesta nota, pois não serão acolhidas iniciativas que forem tomadas de forma individual e que se distanciem do que está legalmente proposto para o Regime Especial de Aulas Não Presenciais. (SEDUC/SEAP/AM, 2020)

A partir destas Diretrizes foi que norteou os gestores das escolas a se guiarem no novo projeto proposto de regime especial de aulas não presenciais no qual não havia ao menos um tempo para devido testes, pois o mesmo já deveria ser aplicado/executado, imediatamente.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este segundo capítulo se trata dos procedimentos metodológicos da pesquisa, referindo-se ao paradigma e natureza da pesquisa, assim como técnicas e instrumentos de coleta de dados, procedimentos e análise de dados.

2.1 PARADIGMA E NATUREZA DA PESQUISA

A presente pesquisa está caracterizada como qualitativa, tendo como base de dados a pesquisa bibliográfica, documental e de campo referentes ao tema tratado.

Dessa maneira, esse tipo pesquisa pode nos permite uma ampliação da imaginação, nos dando abertura para explorar novos enfoques, sendo algo inovador e que no futuro poderá contribuir para outras pesquisas voltadas a área, já que as documentações utilizadas são de extrema importância como principais fontes de dados.

[...] a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. Nesse sentido, acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo, portanto, atenção especial. (GODOY, 1995, p. 21)

Quando se trata da escolha de documentos, temos sempre que obedecer a alguns critérios de seleção pra que não seja considerado algo aleatório e sem nexos. Como a maioria dos documentos utilizados são oficiais como Portarias, Decretos e Resoluções, torna-se mais fácil o acesso a esses.

Selecionados os documentos, o pesquisador deverá se preocupar com a codificação e a análise dos dados. A análise de conteúdo, segundo a perspectiva de Bardin, tem sido uma das técnicas mais utilizadas para esse fim. Consiste em um instrumental metodológico que se pode aplicar a discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte. (GODOY, 1995, p. 23)

Esta pesquisa qualitativa implicará numa importante análise de dados, no qual servirá de reflexão a estudos voltados a área, pois as aulas de ensino remoto ainda tendem a permanecer por um longo período de tempo.

2.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas via *WhatsApp*, Projeto Político Pedagógico da escola, Diretrizes e outros documentos que regulamentam as atividades do Projeto Aula em Casa.

2.3 PROCEDIMENTOS

Os procedimentos da pesquisa atenderam, principalmente, ao roteiro da observação participante nas aulas não presenciais, mediante o estudo anterior da fundamentação teórica e dos documentos pertinentes. Dessa maneira a pesquisa iniciou-se com uma análise de documentos instaurados em relação ao ensino remoto nas escolas públicas em tempos de pandemia. São estes: Parecer nº 5 do CNE de 2020; Medida Provisória nº 934 de 1 de abril de 2020; Portaria GD nº 311 de 2020 e Portaria nº 188 de 2020 que foram publicados com o objetivo de estabelecer regras e dar instruções a respeito de uma nova metodologia de ensino.

Com relação à observação participante, Ludke (2004, p. 40) destaca que “não há nada mais eficaz para a aprendizagem de pesquisa do que a participação efetiva nos seus trabalhos, desde que seja integrada ao processo inteiro e não fique relegada apenas à simples execução de tarefas parciais.”

Assim, desde o início da pandemia foi possível uma observação em uma escola municipal acerca das práticas educativas na tentativa de colocar em prática todos os documentos a cerca na nova metodologia de ensino.

2.4 ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados foi realizada mediante o estabelecimento de vínculo entre os dados coletados no campo, a fundamentação teórica construída durante o estudo bibliográfico e documental, bem como nossas considerações como acadêmicos estagiários.

Desse modo, ao analisarmos os dados qualitativos podemos observar diversas vantagens dentro desta pesquisa. Tornou-se bastante flexível facilitando visões e estratégias inovadoras, identificou-se tendências ainda não conhecidas, trouxe maior aprendizado diante do estudo analítico, traz uma abordagem mais real nas expressões de opiniões e experiências de forma mais pessoal e sincera e principalmente, foi bastante estimulador para a mente investigadora.

Nesse sentido, Barreiro (2006, p. 95) destaca que “no processo de coleta e registro, é importante anotar as impressões e constatações a respeito do que os dados parecem revelar, ainda que nos pareçam insignificantes, para que possam ser recuperadas no decorrer da análise.”.

Nessa pesquisa foi utilizado o método fenomenológico que subsidiou a coleta e a análise de dados.

Fenomenologia é o ato de perceber e descrever as essências ou sentidos dos objetos. Enquanto as ciências positivas buscam suas verdades nos fatos, a fenomenologia descreve essas verdades a partir da percepção das essências dos fatos, pois é nelas que os seus sentidos se revelam tais quais são (HUSSERL, 2006, p. 45)

Dessa forma, podemos afirmar que método fenomenológico nem sempre se preocupa com os fatos reais, mas sim com analisar as vivências intencionais, porém na presente pesquisa tentaremos relatar vivências não só de intencionalidades, mas sim com a realidade do ensino remoto nos quais tiveram vários agentes envolvidos no seu desenvolvimento.

A atitude fenomenológica não se preocupa com o que é real, pois a fenomenologia tem por objetivo analisar as vivências intencionais da consciência e a partir daí perceber o sentido dos fenômenos. Outro conceito é o de evidência apodíctica que é compreendido como um saber certo e indubitável. (SILVEIRA; FISHER; OLIVIER, 2010, p. 5)

A escolha deste método veio da necessidade de ser analisado o tema em sua forma mais concreta e correlacionando com as vivências reais nos quais fazem parte de muitos educadores da atualidade.

Destacamos que foram consideradas as respostas e exposição de ideias fornecidas pelos professores, pedagoga, gestora, pais e alunos quanto à Política Educacional, o Trabalho Docente e os Recursos Tecnológicos nas aulas não presenciais em uma escola pública municipal de Manaus no contexto pesquisado.

Também foram feitas releituras dos dados coletados por meio das observações e dos documentos pertencentes à rede de ensino municipal e estadual, relacionando todo esse material com a abordagem dos teóricos, com os documentos legais que tratam sobre Política Educacional, o Trabalho Docente e os Recursos Tecnológicos. Por fim, apresentamos na sequência, a compreensão construída ao longo dessa experiência investigativa sobre a problemática inicial. Caminhamos nessa direção buscando atender ao objetivo geral da pesquisa que foi analisar a relação entre a política educacional no contexto da Pandemia e os desafios do trabalho docente com uso de recursos tecnológicos nas aulas não presenciais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste terceiro capítulo do trabalho apresentamos uma breve discussão sobre o impacto da globalização no contexto geral da educação brasileira nesse período pandêmico, relacionando-o ao cenário local da pesquisa que foi realizada. Destacando-se as questões que envolvem o fortalecimento das empresas que vendem produtos e serviços de tecnologia educacional, a precarização do trabalho docente e a privatização indireta da escola pública.

3.1 IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO NO CONTEXTO GERAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERÍODO DA PANDEMIA

Mediante a realidade da Pandemia de Covid-19 e suas consequências, a agenda formulada pela Coalizão Global de Educação (CGE), criada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em parceria com Banco Mundial, Microsoft, Google, Facebook e Telefonica Foundation, entre outras organizações se articulou, no Brasil, com o comitê liderado pelo movimento empresarial Todos Pela Educação (TPE) em articulação com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e o Conselho Nacional de Educação (CNE), objetivando normalizar as atividades de ensino a partir das proposições colocadas pelo bloco de poder capitalista mundial, o que impacta frontalmente a educação escolar e o trabalho docente.

Souza et al (2021, p. 3) descreve sobre o trabalho no contexto capitalista e seus impactos no exercício da docência:

O trabalho, no contexto capitalista contemporâneo, sofreu muitos impactos que acabaram por gerar um processo de precarização como afirma (PIOVEZAN, 2017). O exercício da docência é apenas mais uma atividade que sofre as consequências por conta das grandes crises econômicas que acarretam reformas trabalhistas que geralmente promovem perda de direitos, adquiridos por meio da luta classista.

Diante dessa tentativa de naturalização das desgraças causadas pela Pandemia os trabalhadores da educação, entre muitas formas e maneiras de contestação, têm construído, por meio de seus sindicatos, um amplo conjunto de

críticas que sinalizam respostas diferentes a esse movimento mundial contra a vida e a favor do capital, favorecendo grupos de empresários da educação. Atacando de maneira brutal a escola pública e seus trabalhadores.

O movimento nacional dos trabalhadores em educação está organizado para manter a luta em favor da escola pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. Todos contribuindo para fortalecer a resistência às tentativas de desqualificação da educação pública e de seus trabalhadores.

O movimento nacional de empresários denominado Todos Pela Educação (TPE) tem ampliado sua liderança na definição das políticas educacionais por meio de intensa mobilização de grandes corporações (empresas). Desta forma, no período da pandemia, com o fechamento das escolas e a interrupção das atividades presenciais de ensino foram cruciais para o crescimento das oportunidades do mercado das TICs.

A expansão das TICs no Brasil e, particularmente, na educação brasileira vem beneficiando inúmeros grupos econômicos. As corporações que detêm o monopólio da *big data* são as maiores favorecidas, mas não as únicas. Segundo o Centro de Inovação da Educação Brasileira (CIEB), mais de mil redes públicas de ensino adotaram alguma estratégia de normalização das atividades de ensino por meio da transmissão de videoaula, plataformas online, tutoria/*chat*, orientações genéricas via redes sociais, na maioria das vezes por meio de recursos tecnológicos privados. (LAMOSA, 2021, p. 108)

Há um discurso dominante de que o uso das tecnologias educacionais é a solução para os problemas das escolas nesse período pandêmico. Assim as organizações CIEB e ABSTARTUPS, tratam este período como uma grande oportunidade para o crescimento e diversificação do setor e negócios, principalmente inserida dentro da administração pública.

A estratégia dessas duas organizações se baseia na tentativa de popularizar, no senso comum, uma espécie de determinismo tecnológico (Leger, 2000) que norteia a compreensão de que as tecnologias são neutras e incorrigivelmente positivas ao processo histórico de modernização das relações sociais. É desse jeito que toda e qualquer análise sobre o emprego dessas tecnologias na educação deve ser despolitizada, cabendo a cada sujeito empregá-las à sua maneira. (LAMOSA, 2021, p. 109)

Podemos dizer que o acarretamento da expansão das tecnologias educacionais dentro do sistema escolar veio através do uso de plataformas digitais

juntamente com outros serviços privados de grandes corporações, especialmente a *Google*.

A expansão das tecnologias educacionais no sistema escolar brasileiro tem sido realizada, sobretudo, a partir do uso de plataformas e outros serviços privados oferecidos pelas grandes corporações que compõem essa fração dominante e dirigente da estruturação desse capitalismo de vigilância, em especial a *Google*. A expansão atual do ensino de forma remota tem catalisado enormemente esse processo e atingido redes públicas e privadas em todo o país, incluindo as instituições de educação básica e Ensino Superior, que vêm aderindo ao trabalho em plataformas oferecidas por essas corporações. (LAMOSA, 2021, p. 111)

Essa adesão atinge redes públicas e privadas por todo o País, a população do Brasil se viu na obrigação de ter seus dados pessoais expostos nessas empresas ao terem que criar determinadas contas de e-mail para ter acesso a tais plataformas e participando das atividades ofertadas pelas escolas através do ensino remoto.

Essa adesão das redes de ensino aos serviços privados oferecidos pelas empresas *edtechs* tem gerado a exposição dos dados pessoais de milhões de pessoas no Brasil que, por exemplo, passaram a ter que possuir uma determinada conta de e-mail ou acessar esta ou aquela plataforma para participar ou acessar as atividades que estão sendo ofertadas pelas escolas sob a forma de ensino remoto. Esta condição vem impulsionando o mercado das *startups edtechs* no país e reorientando o trabalho docente. (LAMOSA, 2021, p. 111)

Em muitas escolas da rede pública foi possível observar que a maioria dos professores tiveram que aderir ao ensino remoto na situação de “menos pior”, pois em alguns casos as escolas precisaram demitir trabalhadores da educação devido o fechamento das escolas.

No Estado do Rio de Janeiro, o novo secretário de educação informou ao Sepe-RJ em sua primeira audiência, que apenas 30% dos alunos acessaram a plataforma privada contratada pelo governo. São essas as condições nas quais vêm sendo operadas as tentativas de fazer valer como dias letivos as interações ou, como na maioria das vezes, a falta delas. E que exigem ter, como parte da luta pela vida, a compreensão de que essa vida não cabe nessas plataformas e nem pode se tornar “remota”. (LAMOSA, 2021, p. 114)

A conclusão que chegamos a respeito da retomada das atividades de ensino no país trouxe como consequências para a vida do professor foi a intensificação da precariedade de uma atividade já considerada laboral e impondo uma rotina de sobretrabalho.

[...] as tentativas de retomada das atividades de ensino no país têm impactado o trabalho docente, intensificando a precariedade dessa atividade laboral e impondo uma rotina de sobretrabalho, especialmente às mulheres. Como reação a esse processo, por outro lado, a pesquisa identificou que se notabiliza um conjunto de resistências que apontam caminhos e identificam as contradições presentes na luta em defesa da escola pública e socialmente referenciada. (LAMOSA, 2021, p. 115)

Quanto ao conceito de precarização do trabalho docente, Souza et al (2021, p. 3) cita que:

Portanto, a precarização do trabalho é o termo utilizado para caracterizar as novas condições estabelecidas no mundo do trabalho, sobretudo a partir da década de setenta com o avanço das políticas neoliberais. Segundo Rosenfield (2011, p. 264), o trabalho precário é o “[...] trabalho socialmente empobrecido, desqualificado, informal, temporário e inseguro.

Diante da tentativa do Governo em tornar o ensino remoto emergencial (ERE) como algo permanente nas escolas, exigiu dos trabalhadores muita mobilização e luta.

[...], torna-se necessário fortalecer e ampliar as iniciativas de formação política em uma articulação que envolva não apenas as organizações sindicais, mas toda aquela coletividade que defende a educação pública, laica e socialmente referenciada nas lutas e desafios históricos dos trabalhadores diante de seu tempo. A aproximação dos trabalhos de formação dos trabalhadores realizados nas universidades, escolas, sindicatos, cursos pré-vestibulares populares e movimentos sociais deve confluir para a produção de resistências que serão fundamentais diante de uma conjuntura marcada severamente por condições sociais, políticas e econômicas muito adversas. (LAMOSA, 2021, p. 115)

A união dos trabalhadores da educação neste período faz-se necessário para existir um movimento de luta pelas melhorias nas condições de trabalho, fortalecendo e ampliando as iniciativas de formação política. Não fugindo a regra de que o trabalho docente é essencial quando se trata das relações humanas, conforme afirmam Tardif e Lessard (2014, p; 35):

A docência é um trabalho cujo objeto não é constituído de matéria inerte ou de símbolos, mas de relações humanas com pessoas capazes de iniciativa e dotadas de uma certa capacidade de resistir ou de participar da ação de professores.

No presente cenário que iniciou com a divulgação do primeiro caso de Covid-19 no Brasil, começou a ser revelado grandes fragilidades nos sistemas de saúde e

também da educação em vários formatos, não sendo considerada apenas uma crise sanitária, mas sim um acúmulo no que envolve políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais. Dessa forma, a atuação do profissional docente no contexto da pandemia passou a ser redesenhada segundo Souza et al (2021, p. 4):

Nesse contexto, foi redesenhada a atuação do profissional docente por uma série de questões que afetam as formas de trabalho. Assim, a pandemia veio acelerar e viabilizar a utilização de novas tecnologias e da educação a distância (EaD). Com essa realidade, a situação se mostrou necessária e possível, ainda que sem atender a totalidade dos alunos, além de submeter o profissional a uma adaptação forçada às ferramentas.

Dessa maneira, Souza et al (2021, p. 5) também menciona alternativas de ensino e aprendizagem mediadas pelas tecnologias em rede:

[...] considerar algumas alternativas de ensino-aprendizagem mediadas pelas tecnologias em rede como: Educação a Distância (EaD), Educação online (EOL), Ensino Doméstico (homeschooling), Atividade Escolar Remota (JUNQUEIRA, 2020), Ensino Híbrido (CANCLINI, 2003) entre outras possibilidades.

Com a inserção desta modalidade de ensino e com o início da pandemia, também foi possível observar um considerável aumento das desigualdades sociais, devido à falta de acesso por todos a novas tecnologias. Assim, Souza et al (2021, p. 5) afirma que:

Com a impossibilidade da aula presencial e a falta de acesso de todos com as novas tecnologias, ficou escancarada a desigualdade social no Brasil. Em momentos diferentes e em realidades distintas, várias são as medidas adotadas. Entre elas surge a educação híbrida, que, segundo Canclini (2003), são “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (p. XIX), ou seja, em virtude da globalização e do isolamento social essas mudanças ocorrem e se fazem necessárias, seguindo um padrão de produtivismo, como afirma Saviani (2007).

Levando em consideração a correção desses impactos sociais, foi necessário a hibridização da educação, no qual virá também para grandes modificações na forma de trabalho docente, já que servirá para que o retorno às aulas aconteça gradualmente, não retirando de cedo o ensino remoto, acontecendo o encontro presencial e a distância ao mesmo tempo. Conforme Souza et al (2021, p. 5) destaca “essa nova forma de viver, em virtude do caráter emergencial, apresenta-se nas novas

formas de ensinar tanto na educação básica, quanto no ensino superior, que, acostumados à educação presencial, encontram-se forçados a se adaptar.”

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA

3.2.1 A Escola

Escola: Escola Municipal Rosa dos Ventos¹

Localização: Divisão Distrital Zona Oeste – Área Urbana²

Endereço: Rua Uta, nº 440 – Nova Esperança 2³

Município: Manaus

Estado: Amazonas

A Escola Municipal Rosa dos Ventos foi uma das primeiras escolas instituídas no bairro Nova Esperança, iniciando seus trabalhos em 1981. Surgindo de um projeto educacional da professora Francisca Sancho Marinho que, por ser religiosa, foi fundamental para a escolha do nome da instituição.

Possui como Ato de Criação através da Lei nº 348 de 18/06/1996 com o quantitativo de 980 alunos, distribuídos no Ensino Fundamental de 1º a 5º anos.

Consciente da importância da relação entre os diversos segmentos da comunidade escolar busca-se assegurar os direitos da criança contemplados na Constituição Federal, sobretudo no que se refere à presença da família na escola e no acompanhamento das atividades escolares de nossos alunos:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A partir disso, a escola possui como crenças e valores:

¹ Nome fictício

² Localização fictícia

³ Endereço fictício

Cooperação: Buscamos o trabalho cooperativo entre alunos, o companheirismo entre escola e comunidade, visando a melhoria do ensino-aprendizagem; Respeito: Respeito ao direito de todos, sem distinção; Responsabilidade: Realização da prestação de um trabalho de compromisso com a comunidade escolar, sobretudo no que diz respeito às atividades educacionais desenvolvidas. (PPP, 2016, p. 16)

Assim como a visão de futuro de:

Sermos reconhecidos como uma escola comprometida com a formação de cidadãos íntegros, responsáveis, solidários e conhecedores de seus direitos e deveres. Trabalhar de forma coletiva, onde cada departamento busque realizar sua função da forma mais eficaz possível, a fim de alcançarmos os índices de melhoramento desejados. (PPP, 2016, p. 17)

Concluindo com a missão de:

Alcançar uma educação com mais qualidade, com comprometimento de toda a comunidade escolar e com maior participação das famílias dos nossos alunos, a fim de formar um cidadão ético com consciência de seus direitos e deveres e que possa exercê-los em nossa sociedade. (PPP, 2016, p. 17)

Na escola, identifica-se um processo de gestão compartilhada, busca-se constantemente o diálogo entre os vários segmentos. Os mecanismos de participação da comunidade escolar identificados, além do planejamento, são colaboração nos eventos realizados na escola, participação em reuniões de pais e mestres e também em reuniões extraordinárias, datas festivas, atendimento aos pais pelos professores sobre o aproveitamento escolar dos alunos e também o atendimento aos mesmos na secretaria da escola.

3.2.2 Os profissionais da educação

A equipe de profissionais que atuam na Escola Municipal Rosa dos Ventos caracteriza-se por uma atuação dinâmica e atuante. A escola dispõe de quadro funcional completo, no qual predominam servidores em regime estatutário (82,2%), havendo também profissionais em regime de contrato (7,1%) e, ainda, profissionais terceirizados que correspondem a 10,7% de todo o quadro de lotação da escola. Tais profissionais estão distribuídos na escola nos turnos matutino e vespertino, dispostos conforme detalhamento a seguir:

Turno Matutino

- 15 Professores de sala de aula
- 02 Professores de Educação Física
- 01 Pedagoga
- 02 Auxiliares Administrativos
- 03 Auxiliares de Serviços Gerais
- 02 Merendeiras

Turno Vespertino

- 15 Professores de sala de aula
- 01 Professora de Educação Física
- 01 Pedagoga
- 02 Auxiliares Administrativos
- 03 Auxiliares de Serviços Gerais
- 01 Merendeira

Turnos Matutino e Vespertino:

- 01 Gestora
- 01 Secretário
- 01 Agente de Saúde
- 01 Bibliotecário
- 01 Coordenador do Telecentro

Corpo Docente:

Quanto ao nível de formação os servidores da escola estão assim distribuídos:

- A escola possui 23 professores graduados em Ensino Superior nos turnos matutino e vespertino;
- 02 professores com superior completo nas diversas áreas do Conhecimento;
- 07 professores com Pós-graduação em nível de especialização.

Não Docentes:

Em função direta e/ou readaptados:

- 01 servidor com Pós-graduação;

- 08 servidores com nível superior completo;
- 07 servidores com nível médio completo;
- 01 servidor com ensino fundamental completo;
- 02 servidores com ensino fundamental incompleto.

O professor dispõe de um planejamento ao mês para organizar sua ação pedagógica. É definido o Tema do Mês, o Objetivo Geral, o Período do Planejamento e as datas comemorativas. O currículo deste tema envolve as atividades constantes na Proposta Curricular do Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e a Proposta Pedagógica de Educação Infantil. O conteúdo é progressivo e adaptado à realidade escolar. Uma turma não é igual a outra, portanto necessita que seu plano seja específico à realidade de cada sala de aula.

3.2.3 Os alunos

A população de alunos da escola hoje está formada por uma pluralidade étnica, oriunda em grande parte de descendentes amazonenses estabelecidos em Manaus. Os hábitos sociais e culturais são diversos. O Bairro Alvorada é um bairro que abrange uma diversidade de comércios, escolas, agências bancárias entre outros estabelecimentos importantes para a sociedade local. Constatamos que próximo à escola não se encontra praça, parque ou alguma área recreativa para a comunidade. Existe um campo de futebol, sendo o único lugar de concentração dos comunitários. A comunidade é formada por residências e alguns pontos comerciais. A religião predominante é católica, com muitos alunos evangélicos.

3.3 O PROJETO AULA EM CASA

3.3.1 Planejamento pedagógico e o trabalho docente

O Projeto aula em Casa surgiu a partir do Governo do Estado do Amazonas por meio da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEDUC-AM) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED) em função da pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus (COVID-19), objetivando dar

continuidade nos estudos da comunidade escolar fora do ambiente presencial, ofertando estratégias pedagógicas que possam apoiar o ensino remoto/híbrido para todas as séries do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (2º e 3º Segmento) e Educação Infantil.

Figura 1: Print do canal no YouTube do Projeto Aula em Casa Amazonas



(Fonte: Própria autora)

Além do YouTube ser o canal de transmissão das aulas, também foi criado um perfil no Instagram para servir de um meio para avisos e outros comunicados a respeito do projeto.

Figura 2: Print da tela inicial da conta no Instagram do Projeto Aula em Casa Amazonas



(Fonte: Própria autora)

Sobre estratégias variadas, Oliveira, Gomes e Barcelos (2020, p. 10) destacam que:

[...] as estratégias mais promissoras – inclusive baseadas em tecnologias – pressupõem um conjunto de condições que estão longe do alcance da esmagadora maioria das redes públicas de Ensino e, notadamente, as limitações associadas aos professores, sua falta de experiência com tecnologias, bem como as limitações de conectividade, de infraestrutura e de interação ao ambiente domiciliar. [...].

Fazendo uma análise das Diretrizes Pedagógicas para o Regime Especial de Aulas Não Presenciais quanto a formação do professor da SEMED para a utilização as tecnologias, é possível verificarmos que o documento não possui qualquer responsabilidade quanto a isso, pois cita apenas atividades de cobranças das atividades dos professores, porém não instrui os professores a como elaborar as mesmas.

A Coordenadoria Distrital e Regional de Educação é responsável por:
 a) orientar os gestores das unidades escolares quanto ao cumprimento das diretrizes e normas pedagógicas, previstas para o período do regime especial de aulas não presenciais. b) acompanhar as ações pedagógicas estabelecidas nas diretrizes e normas pedagógicas do regime especial de aula não presenciais. C) auxiliar a equipe gestora no processo de mobilização dos docentes, pais, responsáveis e estudantes, via aplicativos de mensagens instantâneas ou outros dispositivos de comunicação a distância, para participação nas atividades previstas [...]. (SEDUC/SEAP/DEPPE/AM, 2020)

Por esse motivo que as discussões a cerca disso tiveram uma importante ampliação, já que na pandemia o professor apenas começou a receber “ordens” de como deveria exercer seu trabalho. Mas, nem ao menos houve o interesse por parte do governo em saber se o professor saberia executar aquelas atividades. Dessa forma, os autores Souza et al (2021, p. 2) explicam que:

A preocupação com o bem-estar do docente e da sua prática passou a ser objeto de discussões mais intensas em razão da conjuntura que envolve a pandemia de COVID-19. [...]. Momento de extrema instabilidade e *stress*, que impôs ao educador, da “noite para o dia”, a necessidade de superar esse período de crise e possibilitar situações de aprendizagem em novos formatos. [...].

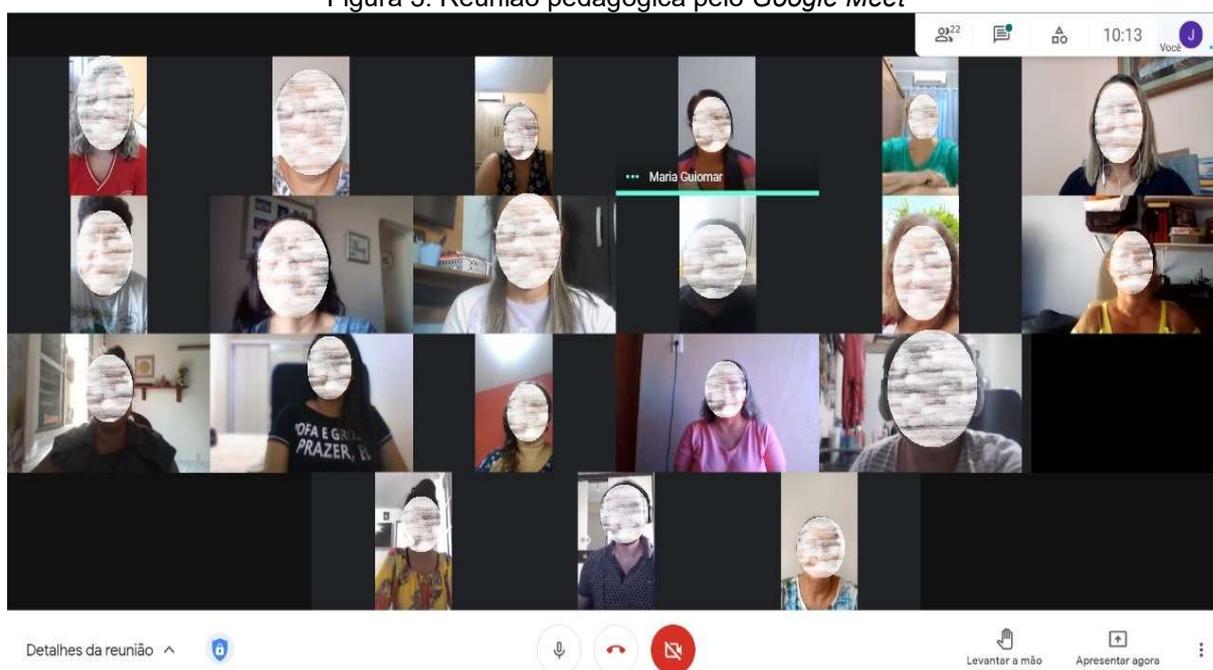
As atividades de planejamento são bastante apoiadas pela equipe pedagógica da escola, dando todo suporte necessário e na medida do possível aos docentes. E de acordo com as Normas Complementares ao Regime Especial de Aulas Não

Presenciais que rege devidas orientações às coordenadorias distritais e regionais de educação, tais como:

XI – Incentivar os pedagogos, apoio pedagógico, coordenadores de área e professores a construir, de forma colaborativa, procedimentos como: Planilha de Registro Diário do contato direto com professores no início de cada turno de trabalho; Planilha de Registro Diário dos conteúdos ministrados; Relatório de registro diário de alunos que acessaram a plataforma e/ou realizaram atividades educacionais de forma remota, bem como estabelecer canais de comunicação a distância que permitam sanar eventuais dúvidas dos estudantes; (SEDUC/SEAP/DGE/AM, 2020, p. 5)

A partir disso, as equipes pedagógicas das escolas passaram a adotar o *Google Meet* para execução de reuniões e planejamentos das atividades desenvolvidas e também grupos no *Whatsapp* de forma a tentar acompanhar o desenvolvimento dos professores em suas turmas.

Figura 3: Reunião pedagógica pelo *Google Meet*



(Fonte: Própria autora)

Utilizando-se desta metodologia, a equipe pedagógica conseguia instruir seus professores quanto ao correto planejamento. E de acordo com as Diretrizes Técnico-pedagógicas, o planejamento deverá ocorrer:

[...] semanalmente, no Horário de Trabalho Pedagógico (HTP), que, ao longo do ano letivo de 2021, tanto em atividade não presencial quanto na oportunidade da atividade híbrida, será às sextas-feiras. Esse dia também

será momento para organização e elaboração de materiais, pensados junto com o(a) pedagogo(a) e/ou direção da escola. O planejamento precisa prever as necessidades de aprendizagem e desenvolvimento das crianças em ambiente doméstico, devendo focar nos direitos de aprendizagem respeitando-se os grupos etários. (SEMED, 2021, p. 22)

Conforme o novo modelo de planejamento adotado pela secretaria para preenchimento dos professores, podemos acompanhar nas imagens a seguir quais seriam os itens necessários para o mesmo.

Figura 4: Modelo de planejamento - 1º ao 3º ano

| SEMED Secretaria Municipal de Educação Subsecretaria de Gestão Educacional Departamento de Gestão Educacional Divisão de Ensino Fundamental | | | | | | |
|---|--------------------------|--------------------------------|-------------|-------------------------|---|--------------------------|
| PLANEJAMENTO DE ALFABETIZAÇÃO - 1º AO 3º ANO | | | | | | |
| UNIDADE DE ENSINO: | | | | | DDZ: | |
| PROFESSOR(A): | | | | | PERÍODO: | |
| OBJETIVO GERAL: O objetivo do planejamento deve priorizar a alfabetização (domínio do sistema de escrita alfabética, habilidades de leitura e escrita) e letramento. | | | | | ANO DE ENSINO/TURMA: | |
| OBJETIVOS ESPECÍFICOS: | | | | | | |
| TEMAS INTEGRADORES E CONTEMPORÂNEOS - TICs: | | | | | | |
| INCLUSOS: () SIM () NÃO QUANTOS ESTUDANTES INCLUSOS? () | | | | | FASES DE DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E DA ESCRITA (Identificar o total de estudantes em cada fase!) | |
| <input type="checkbox"/> ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA <input type="checkbox"/> ESTUDANTES COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO <input type="checkbox"/> ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO <input type="checkbox"/> ESTUDANTES ESTRANGEIROS <input type="checkbox"/> OUTROS. ESPECIFICAR: _____ | | | | | <input type="checkbox"/> Pré alfabética <input type="checkbox"/> Alfabética parcial <input type="checkbox"/> Alfabética completa <input type="checkbox"/> Alfabética consolidada <input type="checkbox"/> TOTAL DE ESTUDANTES NA TURMA | |
| DATAS | COMPONENTES CURRICULARES | PRÁTICAS DE LINGUAGEM/UNIDADES | HABILIDADES | OBJETOS DE CONHECIMENTO | PILARES ESSENCIAIS PARA A ALFABETIZAÇÃO | DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES |
| | | | | | <input type="checkbox"/> A consciência fonêmica <input type="checkbox"/> Instrução fônica sistemática <input type="checkbox"/> Fluência em leitura oral <input type="checkbox"/> Compreensão de textos <input type="checkbox"/> Produção escrita <input type="checkbox"/> Desenvolvimento de vocabulário | |

(Fonte: Própria autora)

Figura 5: Modelo de planejamento - 4º e 5º ano

| SEMED Secretaria Municipal de Educação Subsecretaria de Gestão Educacional Departamento de Gestão Educacional Divisão de Ensino Fundamental | | | | | |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------------|--|------------------------|
| PLANEJAMENTO MENSAL 4º E 5º ANO | | | | | |
| UNIDADE DE ENSINO: | | | | DDZ: Classe | |
| PROFESSORIA: | | | | PERÍODO: | |
| TEMA DO ANO LETIVO: | | | | ANO DE ENSINO: 4º TURMA: BIMESTRE: 3º TURNO: | |
| INFORMAÇÕES DOS ESTUDANTES: | | | | <input type="checkbox"/> Matutino () Vespertino | |
| QUANTIDADE DE ESTUDANTES NA TURMA: | | | | | |
| TEMAS INTEGRADORES E CONTEMPORÂNEOS | | | | | |
| INCLUSOS: () SIM () NÃO QUANTOS ESTUDANTES INCLUSOS? () | | | | | |
| <input type="checkbox"/> ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA <input type="checkbox"/> ESTUDANTES COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO <input type="checkbox"/> ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO <input type="checkbox"/> ESTUDANTES ESTRANGEIROS <input type="checkbox"/> OUTROS. ESPECIFICAR: _____ | | | | | |
| DATAS | COMPONENTES CURRICULARES | COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS | PRÁTICAS DE LINGUAGEM/UNIDADES | HABILIDADE | OBJETO DE CONHECIMENTO |
| | | | | | |

(Fonte: Própria autora)

As Diretrizes Técnico-pedagógicas 2021 (SEMED, 2021, p. 27) destacam como avaliação da aprendizagem os seguintes pontos:

A Unidade de Ensino deverá elaborar um plano de ação definindo um cronograma com os conteúdos essenciais (objetos de conhecimento) e atividades a serem desenvolvidas, incluindo orientações aos pais e responsáveis para acompanhamento na realização das atividades não presenciais pelo estudante; A unidade de ensino deverá disponibilizar horários para o atendimento remoto aos estudantes por meio das diversas plataformas e aplicativos.

Porém, com a infinidade de atividades que os alunos vão enviando, acaba que nem sempre dá tempo para o professor conseguir corrigir, pois nesse contexto da pandemia parece que qualidade do ensino tem sido analisada a partir da quantidade excessiva de trabalho do aluno e do professor.

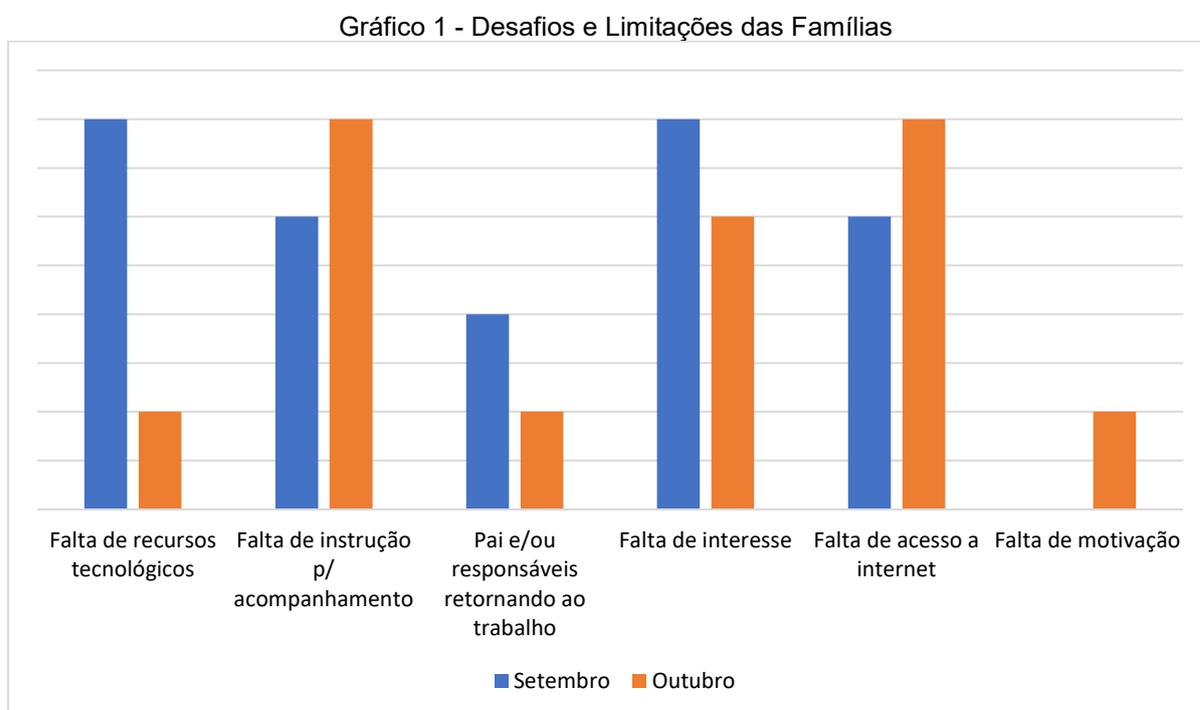
3.3.2 Desenvolvimento das atividades de interação professor-aluno

A dificuldade quanto ao engajamento de pais e crianças nas aulas online tornou-se algo ainda mais desafiador quando se trata de aulas remotas. Pois, muitos pais começaram a relatar as situações como:

- Falta de recursos tecnológicos;
- Falta de instrução para acompanhamento;
- Pai e/ou responsáveis retornando ao trabalho;
- Falta de interesse;
- Condições financeiras;
- Falta de acesso à internet;
- Falta de motivação.

[...] a habilidade dos pais em ensinar é limitada, principalmente em se tratando de conteúdo específicos das séries mais avançadas e de interações e de estímulos realizados na primeira infância, que possuem uma curta janela temporal para serem realizados (AVVISATI et al., 2014; POWELL-SMITH et al., 2000). [...] Em tempos de pandemia, as pressões sobre as famílias, possivelmente, constituirão oportunidades para desenvolver habilidades, como o estabelecimento de rotinas e de resiliência, mas dificilmente constituem oportunidades favoráveis para aprender e adotar novas formas de interação pelos pais, especialmente em ambientes mais carentes. (OLIVEIRA; GOMES; BARCELLOS, 2020, p. 8)

E, com base nas informações repassadas por ela em suas falas, tomamos como liberdade a produção de um gráfico representativo para exemplificar melhor tal situação vivenciadas pelas famílias e também pela observação participante.



(Fonte: Própria autora)

Sobre as aulas remotas, Souza et al (2021, p. 13) destacam que o ensino remoto é excludente, pois:

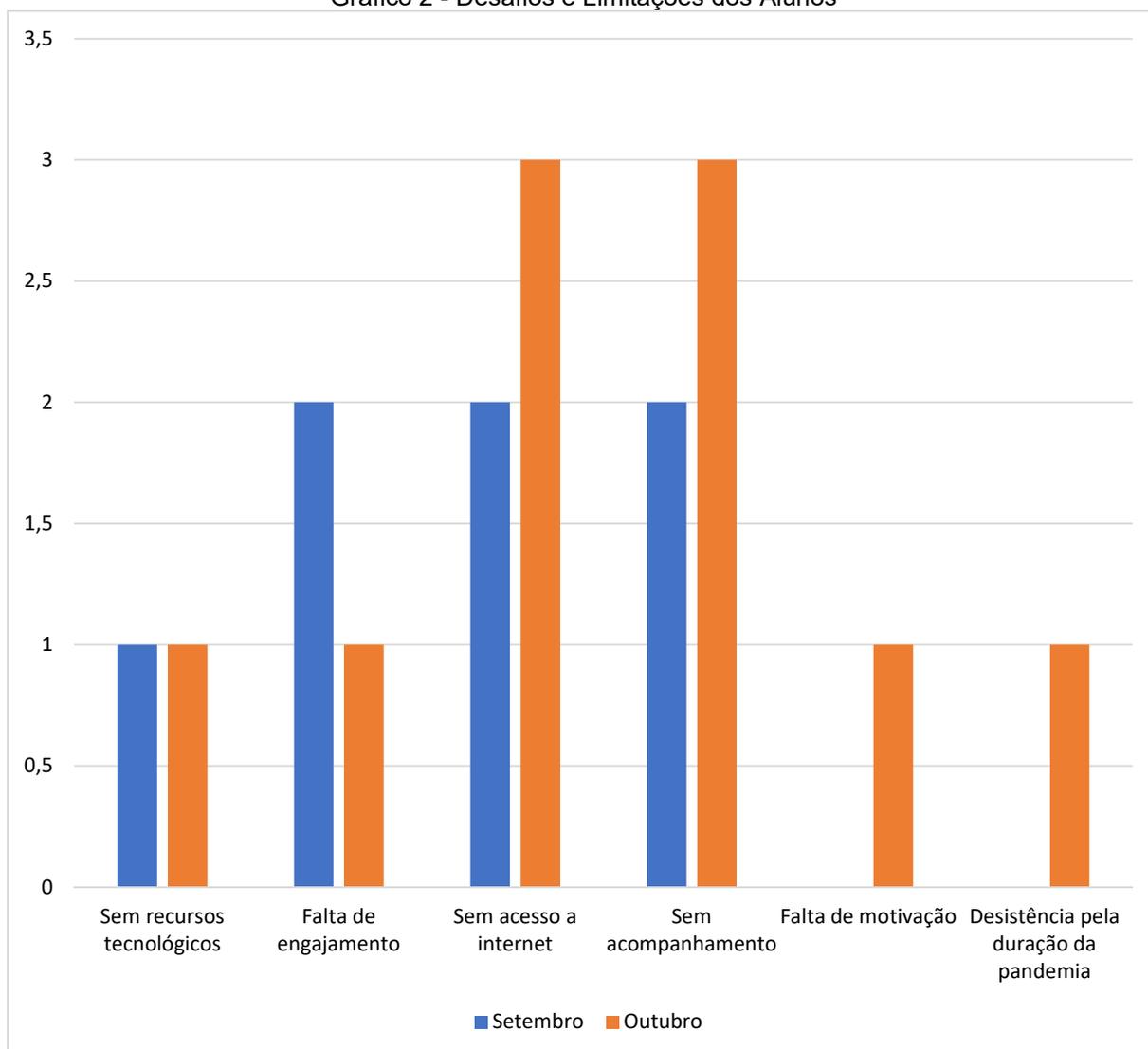
As pesquisas revelam que o ensino remoto é excludente e piora a qualidade da educação pública provocando ainda mais a desigualdade educacional, pois não garante o conhecimento e a aprendizagem com a qualidade e o direito à igualdade de acesso à educação para todos os estudantes. Por isso, os sistemas educacionais apresentam um grande desafio no pós-pandemia: o de consertar os prejuízos ocasionados por esse formato escolar da atual conjuntura.

A partir da exemplificação sobre a realidade dos pais, também devemos levar em consideração por parte das crianças (alunos), quanto ao que vem acontecendo no engajamento dos mesmos, que são eles:

- Sem recursos tecnológicos;
- Falta de engajamento;
- Sem acesso à internet;
- Sem acompanhamento dos pais;

- Falta de motivação;
- Desistência pela duração da pandemia.

Gráfico 2 - Desafios e Limitações dos Alunos

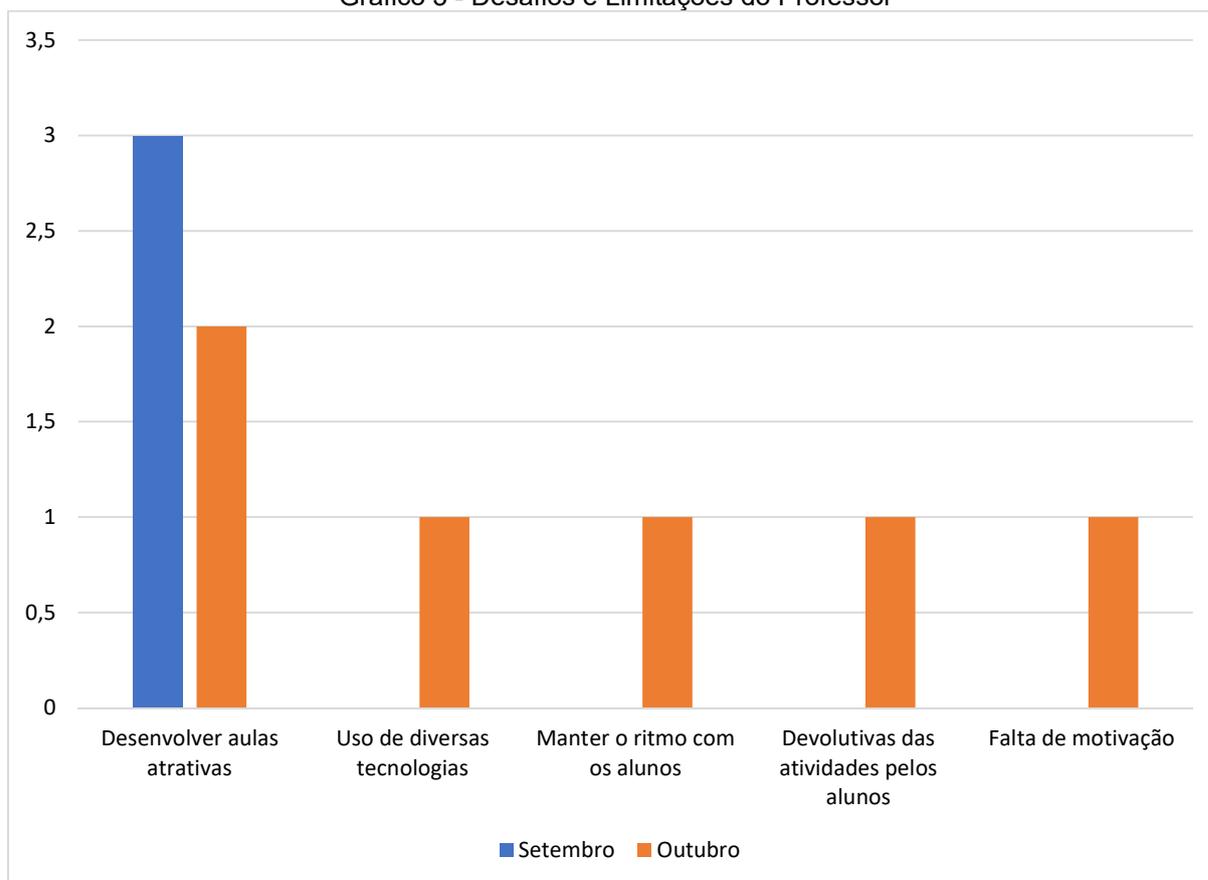


(Fonte: Própria autora)

Assim como também citados os desafios e limitações enfrentados pelos professores neste período de pandemia, nos quais podem ser:

- Desenvolver aulas atrativas;
- Uso de diversas tecnologias;
- Manter o ritmo com os alunos;
- Devolutivas das atividades pelos alunos;
- Falta de motivação.

Gráfico 3 - Desafios e Limitações do Professor



(Fonte: Própria autora)

Sobre essa questão, Souza et al (2021, p. 8) destacam vários aspectos que consideramos pertinente compreender:

Em meio a essas demandas surgem muitos desafios ao professor, todavia, o “olhar” foi direcionado para alguns, propiciando uma reflexão acerca de situações que causam desgastes e precarizam a profissão docente. O primeiro desafio reside na ausência de formação e memórias da docência e discência on-line. [...] O educador possui a ferramenta, mas é excluído por não saber utilizá-la de forma cidadã. Urge investir em formação docente de qualidade, pois o professor não precisa só aprender a utilizar os recursos, ele necessita aprender a se comunicar por meio deles, a interagir, a gerar situações de aprendizagem.

Com isso, consideramos a falta de formação quanto aos usos de tecnologias um dos primeiros desafios enfrentados pelos docentes, pois o mesmo não precisava aprender apenas a manusear, tinha que aprender também a criar métodos de aprendizagem com eles.

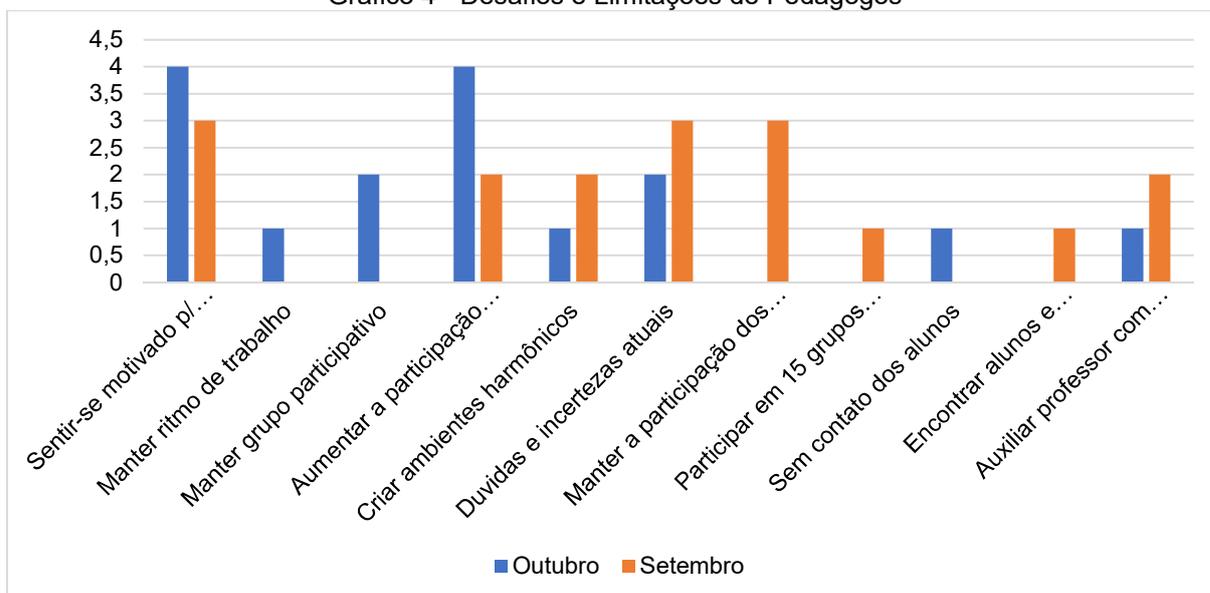
Já o segundo desafio citado por Souza et al (2021, p. 8), destaca que:

O segundo desafio está presente na autoria e autonomia do professor. Na educação a distância, à docência apresenta-se na figura do professor ou do tutor. Existe uma fragmentação na divisão das atividades, o professor que elabora os materiais, os conteúdos, e o tutor que é responsável em se apropriar do material pronto para mediar a aprendizagem. Nesse caso, não há a participação no planejamento, somente na execução das atividades. Muitas vezes, o tutor, mesmo possuindo formação equivalente, não é valorizado, apenas executa os “pacotes prontos”. Outro desafio diz respeito ao afastamento geográfico e a evasão dos estudantes. Docentes estão acostumados a se relacionar com os educandos de forma presencial.

E por último temos em grande escala os desafios e limitações enfrentados pelos Pedagogos(as) da escola, que podem ser definidos como:

- Sentir-se motivado para motivar;
- Manter ritmo de trabalho;
- Manter grupo participativo;
- Aumentar a participação dos alunos;
- Criar ambientes harmônicos;
- Dúvidas e incertezas atuais;
- Manter a participação dos alunos no grupo;
- Participar em 15 grupos diferentes;
- Sem contato dos alunos;
- Encontrar alunos e inserir nos grupos;
- Auxiliar professor com aulas atrativas.

Gráfico 4 - Desafios e Limitações de Pedagogos



(Fonte: Própria autora)

Diante desse cenário de angústias, cobranças e dificuldades, Souza et al (2021, p. 13) instiga os profissionais da educação e as famílias a pensar e agir coletivamente, no sentido de:

[...] educador e sociedade civil devem resistir juntamente contra os ataques contra a educação classe passa, a luta deve ser de resistência e não conformar com esse sistema de ensino obrigatório e não igualitário. Diante disso, deve-se exigir uma demanda de investimentos de forma considerável na Educação com preparação e uma organização minuciosa do trabalho pedagógico.

Portanto, seria importante ocorrer um investimento na educação para que ocorra uma melhor preparação e uma organização do trabalho pedagógico, porém para isso a sociedade não pode resistir aos ataques contra a educação e a luta de resistência.

3.3.3 Atividades desenvolvidas pelo aluno

Devido as novas medidas adotadas para o ensino remoto, as aulas nas escolas municipais passaram a ser de forma síncrona através de grupos no *WhatsApp*, montados com os contatos dos pais dos alunos.

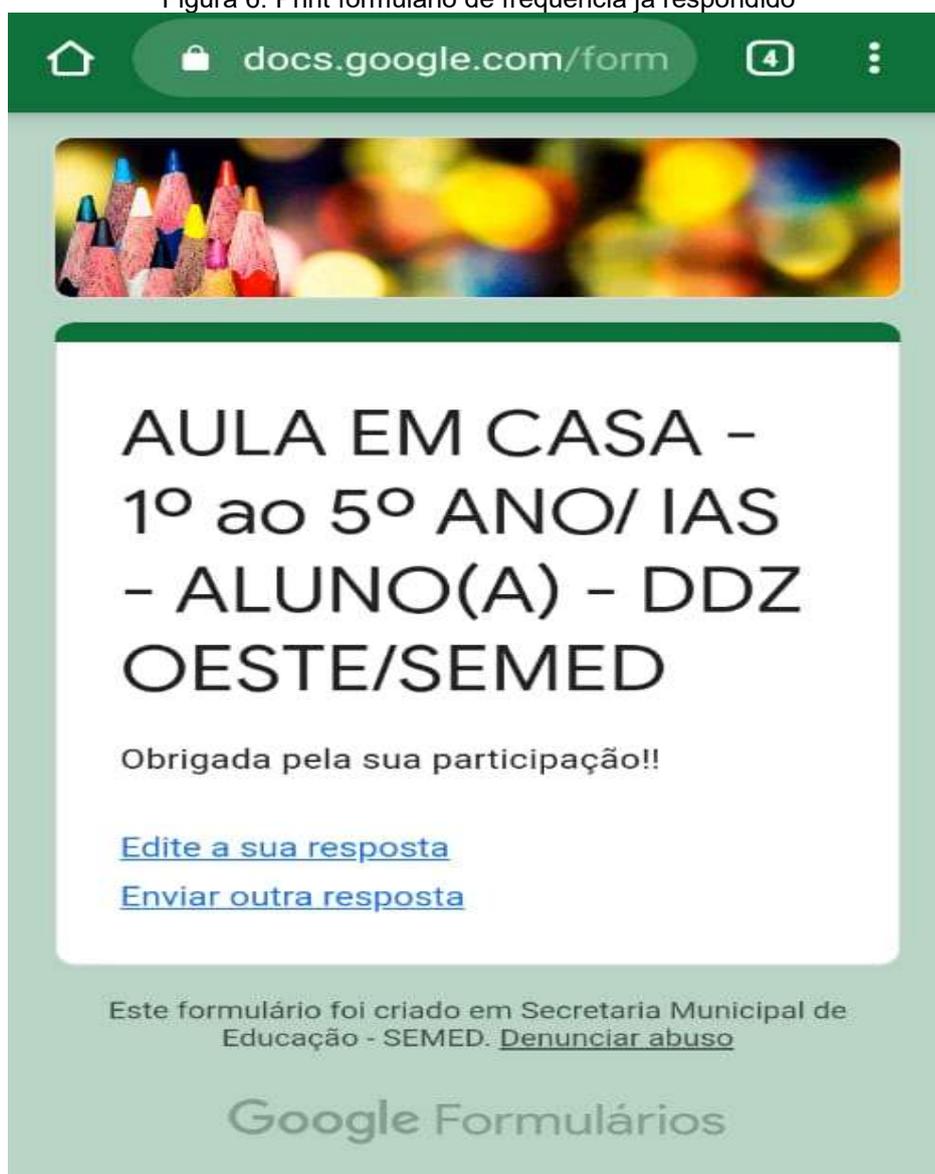
Como a interação entre aluno e professor acontece ao mesmo tempo, as aulas síncronas fornecem mais clareza em relação ao ritmo de aprendizagem e dá informações sobre como o conteúdo pode ser planejado. Esse modelo pode ser excelente para manter o grupo em sintonia e evitar situações nas quais os estudantes não consigam acompanhar o estudo sozinhos. (DUTRA, 2020)

Utilizando-se desta maneira, após a criação dos grupos de cada turma, seguiu-se com o envio das regras dos mesmos. Os grupos no aplicativo *Whatsapp* funcionariam nos devidos horários de aula do Matutino e Vespertino, começando as aulas nos mesmos horários presenciais – 7h às 11h / 13h às 17h.

Se a ferramenta já era muito utilizada no dia a dia, foi durante a pandemia que ela começou a ser um canal fundamental para as escolas. Muitas instituições adotaram o aplicativo como principal meio de comunicação para o envio de atividade e manter um diálogo constante com as famílias. O WhatsApp está disponível para download em smartphones e conta com uma versão web, que pode ser acessada pelo computador. Entre as principais funcionalidades estão o envio de mensagens individuais, em grupo ou para listas de transmissão. (SANTOS, 2020)

Ao dar início a aula, o professor da turma cumprimenta a todos e em seguida envia o link de frequência criado no *Google Formulários* pela Semed para obter um controle sobre a participação dos alunos nesta nova modalidade de ensino. A seguir na Figura 6 mostra a tela de resposta quando o mesmo era preenchido diariamente.

Figura 6: Print formulário de frequência já respondido



The image shows a mobile browser view of a Google Form response. At the top, the browser address bar shows 'docs.google.com/form'. Below the address bar is a header image of colorful crayons. The main content area is white and contains the following text: 'AULA EM CASA - 1º ao 5º ANO/ IAS - ALUNO(A) - DDZ OESTE/SEMED'. Below this, it says 'Obrigada pela sua participação!!'. There are two blue links: 'Edite a sua resposta' and 'Enviar outra resposta'. At the bottom, it says 'Este formulário foi criado em Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Denunciar abuso' and the 'Google Formulários' logo.

(Fonte: própria autora)

Além disto, os alunos também deveriam dar suas presenças no grupo para que mostrassem sua participação e que estavam atentos ao início da aula. Como mostra a Figura 7 a seguir:

Figura 7: Print de registro de frequência dos alunos no grupo de *WhatsApp* da turma

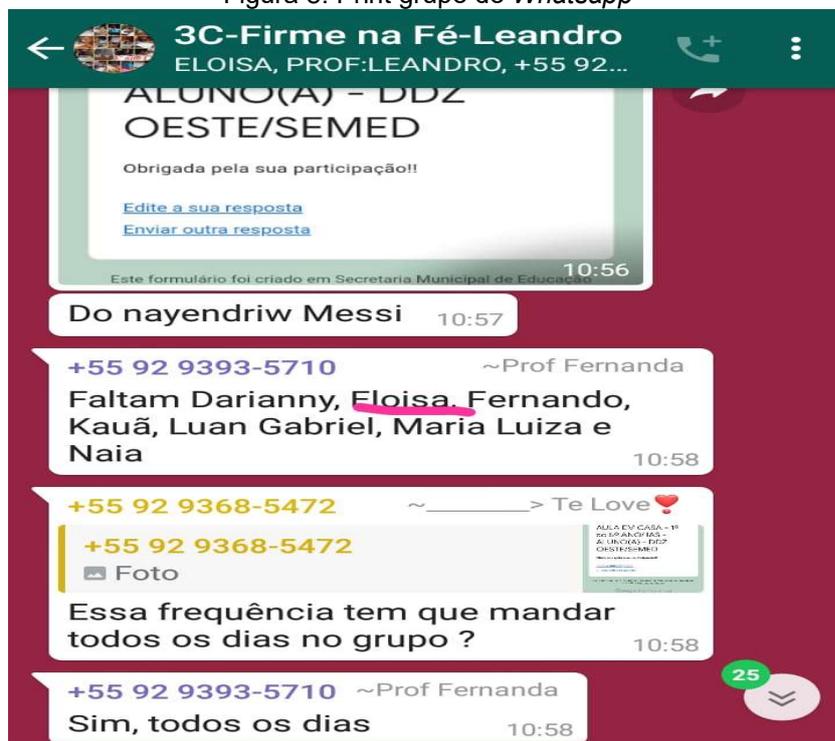


(Fonte: Própria autora)

Porém, no início esta rotina ainda estava bastante confusa para os pais e/ou responsáveis dos alunos. Esta nova metodologia não foi algo desafiador apenas para os educadores, tornou-se algo bastante complexo para a família dos alunos, pois a partir daí, a educação das crianças não dependeria apenas da escola e dos professores, mas dependeria também do tempo que os responsáveis teriam para estar acompanhando-as com as atividades.

A comunicação entre escola e família é fundamental para que o aluno tenha uma boa experiência escolar, principalmente no contexto de ensino remoto ou ensino híbrido. As atividades e tarefas, que antes eram orientadas de perto pelos docentes, agora são feitas sob olhar e acompanhamento dos responsáveis. (SANTOS, 2020)

Como mostra na Figura 8 a seguir:

Figura 8: Print grupo do *Whatsapp*

Somente **admins** podem enviar mensagens

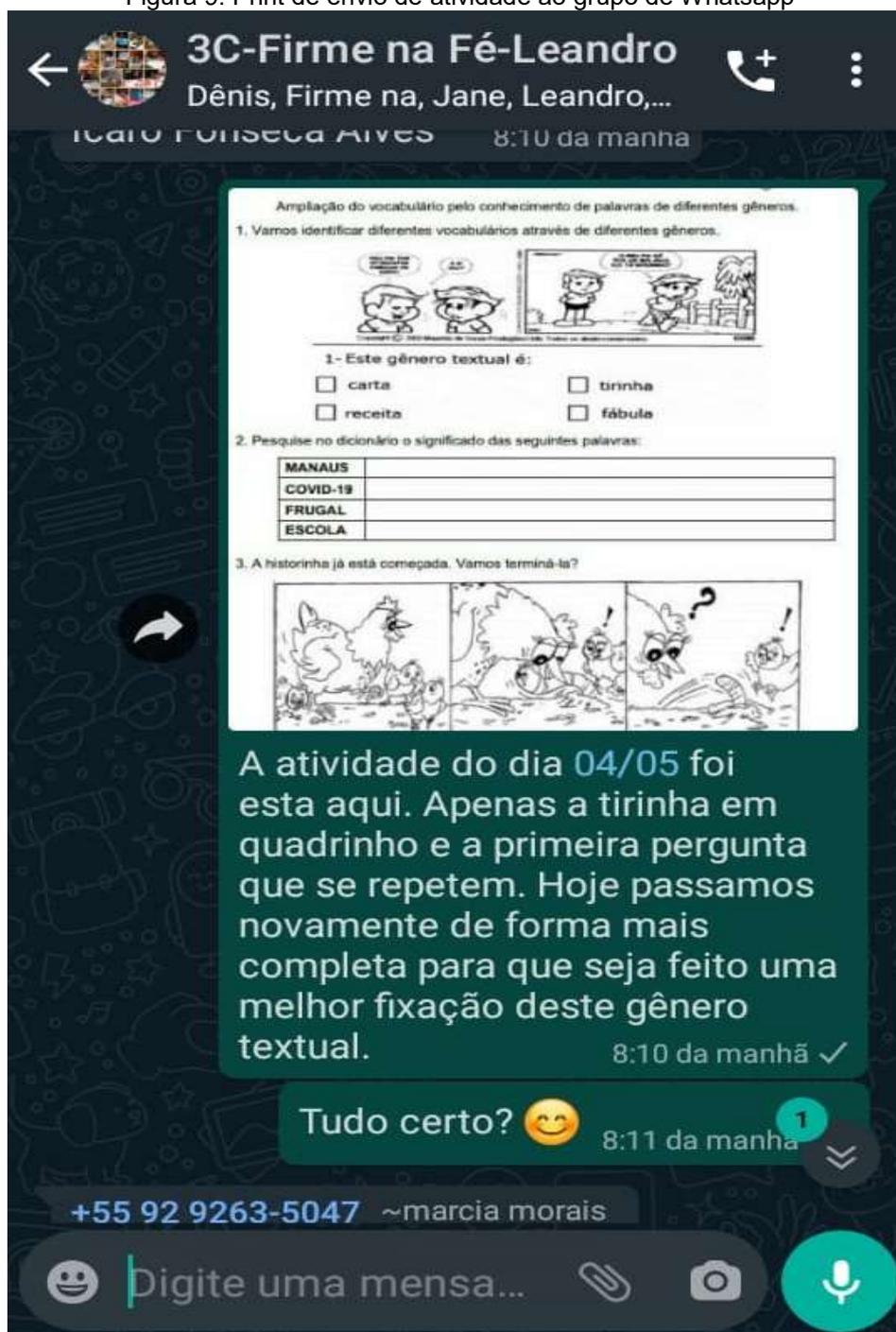
(Fonte: Própria autora)

Após isso as atividades seriam enviadas ao grupo pelo Professor (a) ao grupo para que os alunos respondessem as mesmas durante o horário de aula e teriam até o final da aula para enviar as fotos das atividades ao grupo.

Os alunos poderiam imprimir em casa para responder, ou na impossibilidade disto, poderiam copiar em seus cadernos nos quais já ajudaria para exercitar a caligrafia que nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental ainda está em processo de formação.

A evolução tecnológica cresce a cada dia mais e trouxe muita facilidade e comodidade para a vida das pessoas, isto é bom para o desenvolvimento econômico da sociedade como um todo, mas por outro lado afasta as pessoas de atividades que antigamente eram tidas como prioritárias, como por exemplo escrever impecável e harmoniosamente. A letra cursiva é importante para a educação do movimento e seu exercício ajuda o aluno a desenvolver habilidades que serão usadas em outras atividades, além da escrita, este é um exercício que também ajuda a criança a dar suporte à memória e a entender melhor os significados. (BEDRA, 2014)

Figura 9: Print de envio de atividade ao grupo de Whatsapp



(Fonte: Própria autora)

Figura 10: Atividade de Matemática enviada para o grupo de Whatsapp

MATEMÁTICA
O Espaço Físico do aluno

1. Observe as imagens abaixo e faça o que se pede:

| | |
|---|--|
|  |  |
| SALA DE INFORMÁTICA | DIRETORIA |
|  |  |
| PARQUINHO | CANTINA |
|  |  |
| SALA DE AULA | BIBLIOTECA |

Dos ambientes abaixo, escolha três lugares que você mais gosta.

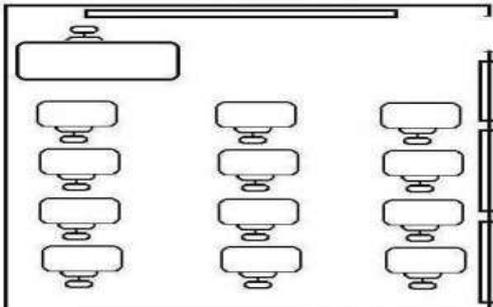
a)

b)

c)

2. No espaço abaixo, registre seu lugar em sala de aula de acordo com modelo.

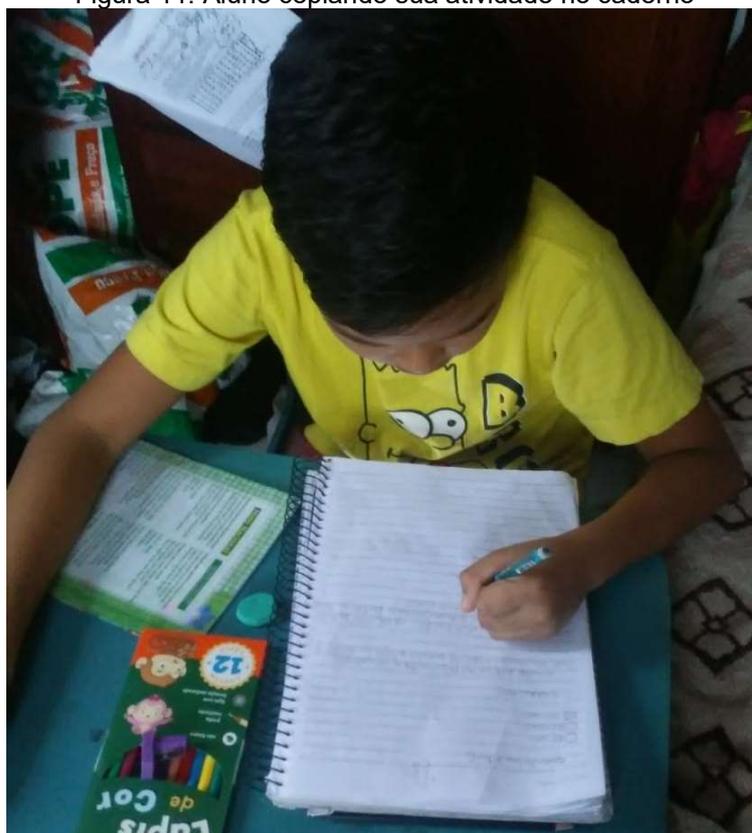
Sala de Aula



(Fonte: Própria autora)

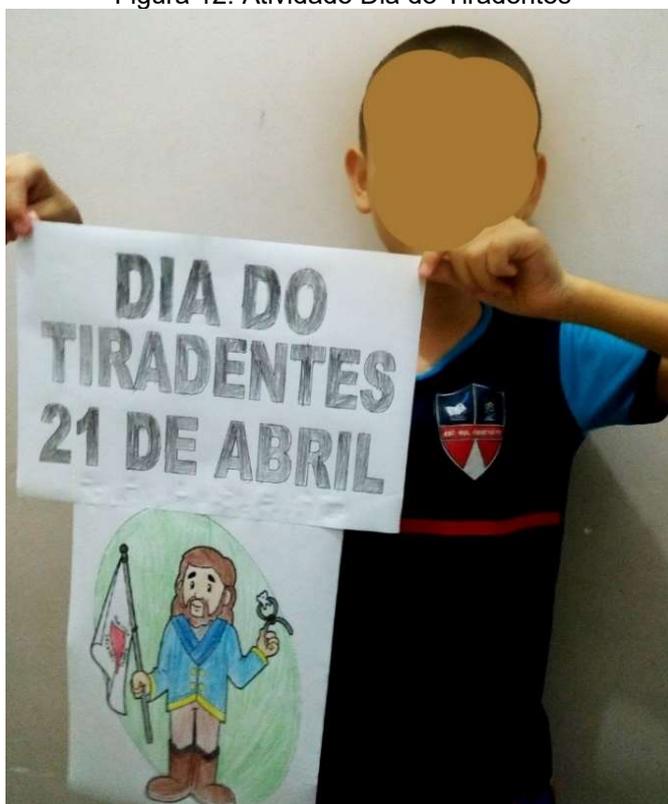
Assim, os alunos teriam seu tempo para realização das atividades, nos quais deveriam enviar fotos ao grupo quando terminado. Nem todos os pais possuíam aparelhos celulares com câmeras boas para isso, dessa forma muita das vezes seria considerado somente o fato de estarem se esforçando para fazer.

Figura 11: Aluno copiando sua atividade no caderno



(Fonte: Própria autora)

Figura 12: Atividade Dia do Tiradentes



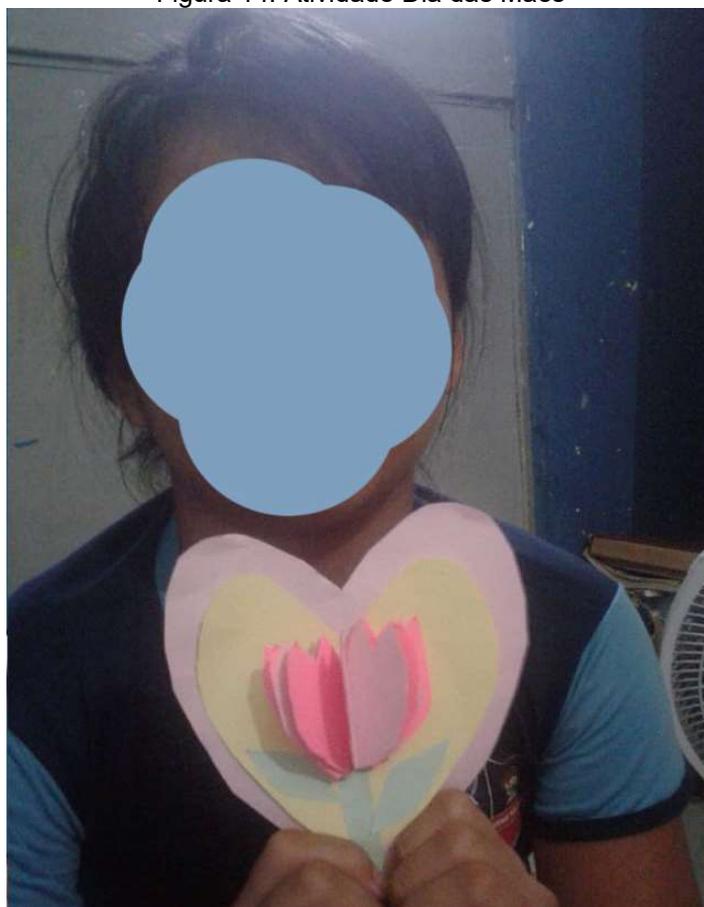
(Fonte: Própria autora)

Figura 13: Atividade Dia do Índio



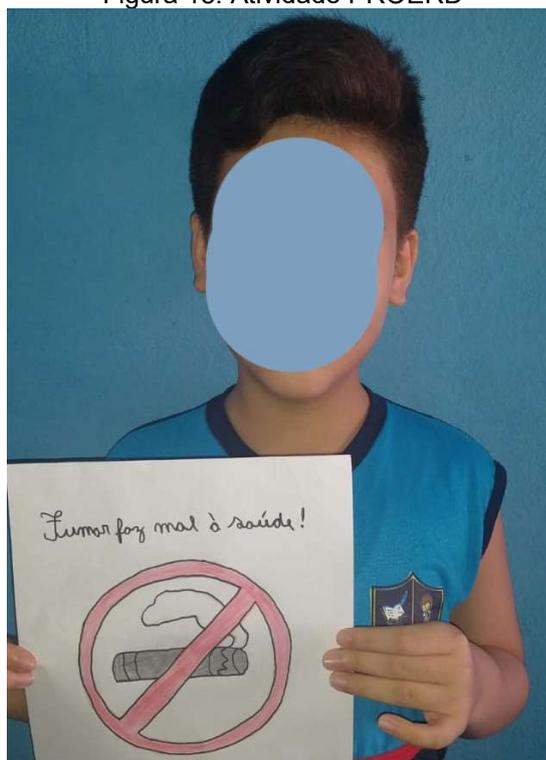
(Fonte: Própria autora)

Figura 14: Atividade Dia das Mães



(Fonte: Própria autora)

Figura 15: Atividade PROERD



(Fonte: Própria autora)

Além da utilização do grupo para envio de atividades e controle de participação dos alunos, as aulas precisam estar em comum acordo com os conteúdos transmitidos pela TV do Projeto Aula em Casa, nos quais havia conteúdos inéditos às Segundas, Quartas e Sextas-feiras, precisando assim ser acompanhado durante o horário de aula.

Figura 16: Aluno assistindo ao Aula em Casa pela TV



(Fonte: Própria autora)

Figura 17: Alunas assistindo ao Aula em Casa pela TV



(Fonte: Própria autora)

De acordo com as informações acrescentadas anteriormente neste capítulo, tivemos uma busca pela compreensão da realidade da escola no contexto da pandemia, articulando essa realidade com o estudo realizado sobre a política educacional, o trabalho docente e os recursos tecnológicos nas aulas não presenciais, onde acabou nos encaminhando para leituras interessantes e que necessitam de aprofundamento.

Diante deste cenário de aprofundamento das leituras, Oliveira, Gomes e Barcellos (2020, p. 9) destacam que:

[...] literatura tem mostrado que em qualquer país é difícil reduzir desigualdades entre grupos de alunos ao longo das séries escolares (HECKMAN; MASTEROV, 2007; HIPPEL; HAMROCK, 2019). A diferença de vocabulário entre crianças pobres e ricas já é substancial aos dois anos de idade, segundo Hart e Hisley (1995). No entanto, a partir da entrada na Educação formal, entre cinco e sete anos de idade, dependendo do país, as diferenças permanecem relativamente estáveis ao longo dos anos, incluindo o período de férias escolares (HIPPEL; HAMROCK, 2019). Essas evidências sugerem que as escolas têm limitações para reduzir desigualdades, embora possam realizar iniciativas direcionadas a determinados públicos-alvo, [...].

Oliveira, Gomes e Barcellos (2020, p. 9) ressaltam também a questão da comparação entre o ensino em sala de aula de aula com o ensino a distância, onde apresentam:

[...] uma grande heterogeneidade (BERNARD et al., 2004; CAVANAUGH et al., 2004; MEANS et al., 2009; MORGAN, 2015). Essa variação passa pela qualidade dos programas e de sua implementação, [...], os problemas de frequência dos alunos, monitoramento do tempo gasto *online* [...]. Um ambiente que combine o Ensino presencial com orientações *online* parece ser o que produz melhores resultados, [...] (MEANS et al., 2009; O'DWYER; CAREI; KLEIMAN, 2007; SUN; LIN; YU, 2008). [...] é a disponibilidade de equipamentos e o acesso à internet que fariam diferença, mas sim, como a tecnologia é inserida no contexto escolar.

Dessa forma, veio a necessidade de ampliação dos estudos sobre o tema, juntamente com a angústia de não termos conseguido maior aproximação com a comunidade escolar, pois a observação participante seguiu todas as medidas de segurança quanto a prevenção à COVID-19. E, principalmente, tivemos todo o cuidado de não estar incomodando os professores, equipe pedagógica, pais e alunos com entrevistas ou questionários, pois na primeira tentativa de coletarmos esses dados, pudemos observar um certo “estresse” por parte dos professores por terem mais algo a fazer além do trabalho árduo que já obtinham.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho abordou um estudo realizado sobre a política educacional, o trabalho docente e os recursos tecnológicos nas aulas não presenciais em uma escola municipal de Manaus, com a finalidade de que a prática de ensino baseada nos estudos de Política Educacional sejam uma grande mediadora para o desenvolvimento da aprendizagem por parte dos docentes e também dos alunos.

Observamos que os professores demonstram um grande déficit quanto a utilização dos recursos tecnológicos nas aulas não presenciais. Porém, é possível observar que essas dificuldades não vieram apenas para o corpo docente e administrativo da escola, mas sim para os alunos e pais dos alunos que se viram em um grande desafio de ter que estar acompanhando literalmente do lado das crianças durante as aulas.

De acordo com os documentos que estudamos, a Política Educacional está bastante defasada no que norteia a formação de professores quanto a utilização destes novos recursos, sem viabilizar quais recursos e incentivos para a melhoria na atuação do professor e do próprio aluno.

Esperamos que esta monografia embasada teoricamente possa auxiliar futuros pesquisadores do tema. A pesquisa poderá propor não somente uma nova análise sobre o tema, mas também uma comparação com outros pontos de vista e novas discussões acerca da Política Educacional, o Trabalho Docente e os Recursos Tecnológicos em aulas não presenciais para o desenvolvimento da aprendizagem.

A contribuição dos autores, dos documentos e dos sujeitos da pesquisa foi de extrema importância para a compreensão teórica do tema, bem como para a aproximação com a realidade em estudo, o que nos ajudou a ampliar nosso olhar em relação ao papel Política Educacional, o Trabalho Docente e os Recursos Tecnológicos em aulas não presenciais, além das reflexões que construímos após o contato com os sujeitos da Escola. Dessa maneira, consideramos que os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois eram, de maneira geral analisar a relação entre a política educacional no contexto da Pandemia e os desafios do trabalho docente com uso de recursos tecnológicos nas aulas não presenciais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. E no campo específico, compreender os pressupostos teóricos e legais sobre a utilização de recursos tecnológicos em aula não presenciais; identificar as orientações didático-metodológicas dada aos professores da rede municipal de ensino

em relação ao Projeto Aula em Casa como regime de aulas não presenciais; conhecer a aplicação do Projeto Aula em Casa como recurso tecnológico no contexto da Pandemia, observando a interação professor-aluno.

Reconhecemos na elaboração desse trabalho a relevância do Estágio com pesquisa para a formação do professor, visto que todas as etapas enfrentadas se tornaram parte de um processo de amadurecimento pessoal e acadêmico que nos conduz à vivência no espaço escolar como futuros profissionais mais atentos à necessidade de investigar a própria prática, desejando aprender para melhorar cada vez mais por meio da autoavaliação e formação continuada.

Considerando que o conhecimento é sempre dinâmico e provisório, registramos nosso desejo de continuar os estudos sobre o tema, trilhando novos caminhos que contribuam para um contínuo aperfeiçoamento acadêmico e profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEDRA, Lucélia. **A importância da caligrafia na era digital**. Seberi - RS: [s. n.], 2014. Disponível em: <https://pedagogiaseberi.wordpress.com/2014/10/13/a-caligrafia-na-era-digital/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 20 dez. 1996.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020**. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Brasília: Diário Oficial da União, 3 fev. 2020.

BRASIL, MEC/CNE. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 5, de 28 de abril de 2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: Diário Oficial da União, 28 abr. 2020a.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Medida Provisória nº 934, de 1 de abril de 2020**. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília: Diário Oficial da União, 1 abr. 2020b.

ANPED et al (orgs.). **POSICIONAMENTO sobre o Parecer do CNE que trata da Reorganização dos Calendários Escolares e a realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de Pandemia da COVID-19**. Brasília: [s. n.], 2020.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. A Educação e a Covid-19. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 545-554, jul./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801080001>. Acesso em: 8 abr. 2021.

DUTRA, Rodrigo. **Por que usar aulas síncronas e assíncronas na educação?** Tutormundi, São Paulo, 4 set. 2020. Disponível em: <https://tutormundi.com/blog/o-que-sao-aulas-sincronas-e-assincronas/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, p. 20-29, mai./jun. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 9 jul. 2021.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.

LAMOSA, Rodrigo. O trabalho docente no período de pandemia: ataques, lutas e resistências. In: AFFONSO, Cláudia et al. **Trabalho docente sob fogo cruzado**. 1. ed. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021. v. 2, cap. Parte I, p. 104-117. ISBN 978-65-

88286-05-0. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/sv8ev1n>. Acesso em: 11 jul. 2021.

LUDGE, Menga. Aprendendo o caminho da pesquisa. In: FAZENDA, Ivani (org.). *Novos enfoques da pesquisa educacional*. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2004, cap. 3, p. 35-50.

MANAUS. PPP. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Municipal Firme na Fé. Manaus, 2016.

MOREIRA, D. A. *O Método Fenomenológico na Pesquisa*. São Paulo: Thompson Pioneira, 2002.

OLIVEIRA, João Batista Araujo e; GOMES, Matheus; BARCELLOS, Thais. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 555-578, jul./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362020002802885>. Acesso em: 8 abr. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, abril 2020. 30 p. Disponível em: <https://www.cidadessaudaveis.org.br/cepedoc/wp-content/uploads/2020/04/Livro-Boaventura-A-pedagogia-do-virus.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2021.

SANTOS, Diel. **Como usar o WhatsApp para fortalecer a parceria entre escola e família**. [S. l.]: Nova Escola, 2020. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19780/como-usar-o-whatsapp-para-fortalecer-a-parceria-entre-escola-e-familias>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SEDUC/AMAZONAS. **Portaria GS Nº 311, de 20 de março de 2020**. Institui, no âmbito da rede pública estadual de ensino do Amazonas, o regime especial de aulas não presenciais para a Educação Básica, como medida preventiva à disseminação do COVID-19. Amazonas: Diário Oficial do Estado do Amazonas, 11 fev. 2020.

SEDUC/SEAP/AM. Secretaria Executiva Adjunta Pedagógica. **Nota de esclarecimento à comunidade escolar acerca do regime especial de aulas não presenciais**, Amazonas, 27 mar. 2020.

SEDUC/SEAP/DEPPE/AM. Departamento de Políticas e Programas Educacionais. **Diretrizes Pedagógicas para o Regime Especial de Aulas Não Presenciais**, Amazonas, 2020.

SEDUC/SEAP/DGE/AM. Departamento de Gestão Escolar. **Normas complementares ao regime especial de aulas não presenciais**. Amazonas, 2020.

SEMED. Manaus. **Diretrizes técnico-pedagógicas 2021: aulas remotas**. Manaus/AM, 2021.

SILVEIRA, Rogério Zanon da; FISHER, Cleiton; OLIVIER, Marilene. A fenomenologia como método de pesquisa: uma análise a partir dos trabalhos publicados nos principais eventos e revistas nacionais em administração - 1997 a 2008. **XXXIV Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/53/eor1443.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

SOUZA, Adriana da Silva et al. **Precarização do trabalho docente**: reflexões em tempos de pandemia e pós pandemia. *Ensino em Perspectivas*, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>. Acesso em: 17 jul. 2021.